



01 DE FEVEREIRO DE 2017

Quarta-feira

- CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL TRIBUTOS ADUANEIROS
- RECEITA REGULAMENTA PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
- PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - REGULAMENTAÇÃO
- OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CPF - ALTERAÇÃO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE 2,3% EM DEZEMBRO, MAS CAI QUASE 7% EM 2016
- CREDIT SUISSE: BRASIL PRECISA DE MAIS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO
- CRESCE DIFERENÇA DE SALÁRIO ENTRE SETOR PÚBLICO E PRIVADO
- NÍVEL DE ATIVIDADE NA INDÚSTRIA DE SP CAI 8,9% EM 2016, REVELA FIESP
- CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS NO BRASIL DESACELERA NO FIM DE 2016
- DEFENSORIA PÚBLICA QUER SUSPENSÃO DE MINERAÇÃO DE OURO AO LADO DE BELO MONTE
- IBGE: DESVALORIZAÇÃO DO DÓLAR AJUDOU A FREAR INFLAÇÃO DA INDÚSTRIA EM 2016
- BRASIL E ARGENTINA PÕEM FOCO EM NEGOCIAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA
- GOVERNO TRABALHA COM 'UMAS 20 HIPÓTESES' DE MEDIDAS MICROECONÔMICAS, DIZ PADILHA
- TEMER NOMEIA CINCO NOVOS INTEGRANTES DO CONSELHÃO
- VENDAS DE MEDICAMENTOS SOBEM 7,7% EM 2016 ATÉ NOVEMBRO, DIZ ABRADILAN
- DESEMBOLSOS DO BNDES TIVERAM MAIOR RECUO DA SÉRIE HISTÓRICA, INICIADA EM 1995
- FGV: ALTA NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E QUEDA DA SELIC ELEVAM CONFIANÇA DA INDÚSTRIA
- BOLSA SOBE E FECHA JANEIRO COM ALTA DE 7,4%; DÓLAR RECUA 3% NO MÊS
- IPP SOBE 1,28% EM DEZEMBRO ANTE 0,80% EM NOVEMBRO
- MASTERCARD TEM ALTA DE 9,5% NA RECEITA DO 4º TRIMESTRE

- ETANOL SUBIU EM 17 ESTADOS E CAIU EM 7 E NO DF NA SEMANA PASSADA, DIZ ANP
- MESMO COM RECUPERAÇÃO MAIS LENTA DA ECONOMIA, META FISCAL FOI ALCANÇADA, DIZ BC
- IBGE: MAIOR PROCURA POR TRABALHO NO FIM DE 2016 É SINAL DE REDUÇÃO NO DESALENTO
- BRASIL ESTREITARÁ LAÇOS NO PACÍFICO
- A BUROCRATIZAÇÃO NA ABERTURA DE EMPRESAS
- EM 20 ANOS, RENDIMENTO DO FGTS PERDE PARA POUPANÇA E NÃO COBRE NEM INFLAÇÃO
- ZAZCAR MANTÉM APOSTA NO COMPARTILHAMENTO DE CARROS
- BANCO MERCEDES-BENZ LIDERA RANKING DE FINAME
- VOLKSWAGEN QUER INOVAR NO DESIGN DE CARROS ELÉTRICOS
- FIBRIA ENCERRA 2016 COM CRESCIMENTO DE VENDAS
- MATRIZES SOCORREM MONTADORAS COM US\$ 12 BILHÕES
- GM E HONDA ESTABELECEM PRIMEIRA OPERAÇÃO CONJUNTA DA INDÚSTRIA PARA A FABRICAÇÃO DE UM SISTEMA DE CÉLULA DE COMBUSTÍVEL
- SIEMENS PLM DRIBLA A CRISE E CRESCE COM INDÚSTRIA 4.0
- CRISE ATUAL ESTIMULA DEBATE DE SUCESSÃO NAS EMPRESAS
- É HORA DE IDENTIFICAR E CORRIGIR ERROS PARA SOBREVIVER À CRISE E CRESCER NO FUTURO
- MPES BUSCAM PARCELAMENTO DE DÍVIDAS

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 01/02/2017 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,159 | 3,160 |
| Euro | 3,396 | 3,397 |

Fonte: BACEN

Capacitação Empresarial Tributos Aduaneiros

01/02/2017 – Fonte: FIEP



CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL TRIBUTOS ADUANEIROS

CIN. Soluções para internacionalização.

Objetivo: Apresentar os tributos (impostos, taxas e contribuições) incidentes na importação e exportação de produtos para o cálculo do custo para as operações de importação e exportação de mercadorias.

Público-Alvo: Iniciantes na área internacional, estudantes, profissionais e empresários que desejam atuar no comércio exterior e com importação e/ou exportação de mercadorias.

Programa:

- 1 - Importação
 1. Tributos na importação de bens e mercadorias
 - Importância da classificação fiscal
 - II
 - IPI
 - PIS/Pasep
 - Cofins
 - Cide
 - ICMS
 - ISS
 - AFRMM
 - Taxa de Utilização do Siscomex
 - Taxa de Utilização do Mercante
2. Incidência
3. Fato gerador e momento de ocorrência
4. Aliquotas e tipos de alíquotas
5. Bases de cálculo de cada tributo
6. Cálculos de cada tributo
7. Preço de custo x os regimes fiscais (simples, lucro presumido e lucro real)
8. Formas de recolhimento e códigos da Receita Federal
- 2 - Exportação
 1. Tributos na exportação de bens e mercadorias
 - Importância da classificação fiscal
 - casos de incidência
 2. Benefícios tributários x exportação direta e indireta
 - imunidade
 - não incidência
 - alíquota zero
 - isenção

- suspensão
 - diferimento
3. Tributos x operações de exportação
 - IE
 - IPI
 - PIS/Pasep
 - Cofins
 - AFRMM
 - ICMS
 4. Base de cálculo do Imposto sobre Exportações
 5. Alíquotas e tipos de alíquotas
 6. Cálculo
 9. Recolhimento

Inscrições:

- R\$ 90,00** - Empresas associadas a sindicatos da Fiep e estudantes até 07/02
- R\$ 105,00** - Empresas associadas a sindicatos da Fiep e estudantes de 08 a 14/02
- R\$ 105,00** - Demais participantes até 07/02
- R\$ 120,00** - Demais participantes de 08 a 14/02

Data: 15/02/2017 (QUARTA-FEIRA)
Local: Campus da Indústria | Av. Comendador Franco, nº 1341
Jardim Botânico | Curitiba - PR
Horário: 9h00 às 13h00
Carga Horária: 4 horas

Mais informações, [clique aqui](#).

Parceria:



Em caso de dúvidas, entre em contato com:
Caroline do Nascimento
(41) 3271-9101
caroline.nascimento@fiepr.org.br

Realização



Receita regulamenta Programa de Regularização Tributária

01/02/2017 – Fonte: UOL Economia

A Receita Federal regulamentou o Programa de Regularização Tributária (PRT), parcelamento anunciado pelo governo federal no fim do ano passado entre as medidas microeconômicas para aquecer a economia. O programa foi criado pela Medida Provisória 766/17 e prevê a quitação de dívidas tributárias com o uso do prejuízo fiscal das empresas e créditos tributário.

De acordo com portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, dia 1º, a adesão ao programa poderá ser feita de hoje até 31 de maio. O requerimento deverá ser protocolado no site da receita (rfb.gov.br).

Ficaram de fora do parcelamento débitos de micro e pequenas empresas com o Simples Nacional e de empregadores domésticos pelo Simples Doméstico. O programa abrange dívidas vencidas até 30 de novembro de 2016 de pessoas físicas e jurídicas, inclusive os provenientes de parcelamentos anteriores e em discussão administrativa ou judicial.

Os contribuintes deverão formalizar requerimentos de adesão separados para débitos decorrentes das contribuições sociais e dos demais débitos administrados pela Receita.

Poderão ser utilizados no abatimento das dívidas créditos relativos à base de cálculo negativa da CSLL existentes até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 30 de junho do ano passado, inclusive de empresas controladas, e outros créditos tributários.

Não poderão ser utilizados créditos que já tenham sido totalmente utilizados em compensação ou tenham sido objeto de pedido de restituição indeferidos, ainda que pendentes de decisão definitiva. Para incluir no programa débitos que estão sendo discutidos administrativamente ou judicialmente, o devedor deverá desistir dos recursos.

O contribuinte poderá ser excluído do programa se deixar de pagar parcelas consecutivas ou seis alternadas, ou caso falte o pagamento de uma parcela estando pagas todas as demais.

Programa

O PRT oferece quatro modalidades de adesão. No primeiro, o devedor terá que pagar pelo menos 20% da dívida à vista e em espécie e liquidar o restante com créditos de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos de tributos administrados pela Receita Federal.

Outra opção é o pagamento em espécie de, no mínimo, 24% da dívida em 24 prestações mensais e liquidação do restante com créditos tributários.

O saldo remanescente após a amortização com créditos poderá ser parcelado em até 70 prestações, quando houver. Os créditos a serem utilizados são os apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 30 de junho de 2016.

Para quem não vai utilizar créditos tributários, será permitido o pagamento à vista de 20% dos débitos e parcelamento do restante em até 96 parcelas ou o pagamento da dívida consolidada em até 120 prestações mensais.

Os mesmos prazos e regras foram oferecidos para quitar dívidas no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Nestes casos, porém, parcelamentos de débitos superiores a R\$ 15 milhões dependem de apresentação de carta de fiança ou seguro garantia judicial.

O valor mínimo de cada prestação mensal será de R\$ 200,00 para pessoas físicas e R\$ 1.000,00 para jurídicas. As prestações serão corrigidas pela taxa Selic mais 1% ao mês.

A regulamentação pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/02/2017&jornal=1&pagina=65&totalArquivos=128>

Programa de Regularização Tributária - Regulamentação

01/02/2017 – Fonte: Cenofisco

Foi publicada no Diário Oficial da União de 01/02/2017 a Instrução Normativa RFB nº 1.687/17, que regulamenta o Programa de Regularização Tributária (PRT) na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Poderão ser liquidados na forma do PRT:

I - os débitos vencidos até 30/11/2016, de pessoas físicas e jurídicas, constituídos ou não, provenientes de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos ou em discussão administrativa ou judicial;

II - os débitos provenientes de lançamentos de ofício efetuados após 30/11/2016, desde que o requerimento de adesão se dê no prazo de 01/02/2017 até o dia 31/05/2017 e o tributo lançado tenha vencimento legal até 30/11/2016; e

III - os débitos relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), não se aplicando a este a vedação contida no art. 15 da Lei nº 9.311/96.

Não poderão ser liquidados no PRT:

I - os débitos apurados pelo SIMPLES Nacional; e

II - os débitos apurados na forma do SIMPLES Doméstico, de que trata a Lei Complementar nº 150/15.

O sujeito passivo poderá liquidar os débitos abrangidos pelo PRT mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB;

II - pagamento em espécie de, no mínimo, 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB;

III - pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, e parcelamento do restante em até 96 prestações mensais e sucessivas; ou

IV - pagamento da dívida consolidada em até 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

a) da 1ª à 12ª prestação: 0,5%;

b) da 13ª à 24ª prestação: 0,6%;

c) da 25ª à 36ª prestação: 0,7%; e

d) da 37ª prestação em diante: percentual correspondente ao saldo remanescente, em até 84 prestações mensais e sucessivas.

A adesão ao PRT se dará mediante requerimento a ser protocolado exclusivamente no sítio da RFB, no período de 01/02/2017 a 31/05/2017.

O valor mínimo de cada prestação mensal das modalidades de parcelamento será de:

a) R\$ 200,00, quando o devedor for pessoa física; e

b) R\$ 1.000,00, quando o devedor for pessoa jurídica.

As prestações vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a 2ª prestação ser paga até o último dia útil do mês subsequente à apresentação do requerimento.

Esclarecemos, ainda, que deverão ser formalizados requerimentos de adesão distintos para:

a) os débitos decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos; e

b) os demais débitos administrados pela RFB.

Os débitos de que trata a letra "a" anteriormente citada, que forem recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) deverão ser pagos ou parcelados com os débitos de que a letra "b".

A adesão ao PRT abrangerá a totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, e os débitos em discussão administrativa ou judicial.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.687/17, combinada com o Ato Declaratório CODAC nº 4/17, para pagamento à vista ou parcelamento dos débitos relativos às contribuições previdenciárias, a Guia da Previdência Social (GPS) deverá ser preenchida com os seguintes códigos:

a) 4135, se o optante for pessoa jurídica; ou

b) 4136, se o optante for pessoa física.

Para pagamento à vista ou parcelamento dos demais débitos administrados pela RFB, deverá ser utilizado, no preenchimento do DARF, o código 5184.

Obrigatoriedade de Inscrição no CPF - Alteração

01/02/2017 – Fonte: Cenofisco

Foi publicada no Diário Oficial da União de 01/02/2017 a Instrução Normativa RFB nº 1.688/17, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.548/15, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

A alteração dispõe quanto à obrigatoriedade de inscreverem-se no CPF as pessoas físicas com 12 anos ou mais que constem como dependentes em Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF);

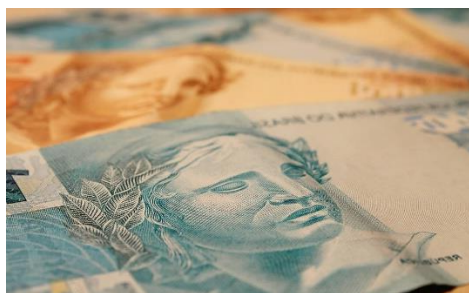
Dispõe ainda que estão dispensadas da inscrição no CPF as pessoas físicas:

I - com menos de 12 anos de idade relativamente ao exercício de 2017, ano-calendário de 2016; ou

II - com menos de 6 anos de idade relativamente ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017.

Produção industrial cresce 2,3% em dezembro, mas cai quase 7% em 2016

01/02/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A produção da indústria cresceu no final do ano e teve em dezembro seu melhor desempenho de 2016. A alta de 2,3% no mês –acima da estimativa de 2,1% segundo pesquisa Reuters–, no entanto, não foi suficiente para conter o resultado negativo do ano.

Segundo dados divulgados nesta quarta-feira (1º) pelo IBGE, na comparação com dezembro de 2015 houve recuo de 0,1%.

No acumulado de 2016, a queda foi de 6,6% sobre o ano anterior.

Na comparação com 2015, houve queda em todos os meses no desempenho do crescimento da indústria. É o terceiro ano de recuo, já que, segundo o IBGE, a produção industrial também caiu em 2015 (-8,3%) e em 2014 (-3%).

Apesar disso, o IBGE aponta que a taxa de queda entre os meses de dezembro de 2016 e de 2015 foi a menos intensa de uma sequência de 34 períodos de recuo na indústria nessa base de comparação.

Em novembro de 2016, o instituto havia apontado um crescimento de 0,2% na produção industrial frente a outubro, abaixo das expectativas de analistas do mercado. Na comparação com novembro de 2015, houve queda de 1,1%.

De novembro para dezembro de 2016, três das quatro grandes categorias pesquisadas, e 16 dos 24 ramos analisados pelo IBGE tiveram taxas positivas, com destaque para veículos automotores, reboques e carrocerias (10,8%) – maior resultado do segmento desde junho de 2016.

Também cresceram setores de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (5,5%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (15,2%), produtos de borracha e de material plástico (8,3%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (10,9%), indústrias extrativas (1,6%), produtos alimentícios (0,9%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (7,6%), máquinas e equipamentos (2,4%) e móveis (9,6%).

Do outro lado, houve queda em oito ramos, com destaque para produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-11,7%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,9%) e bebidas (-5,5%).

Credit Suisse: Brasil precisa de mais empresas de capital aberto

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A bolsa brasileira precisa que mais companhias abram capital para que o mercado do País ganhe musculatura como a vista em outros países, mesmo os emergentes, caso da China. Temos uma carência de boas histórias no mercado e de grandes companhias”, disse o presidente do Credit Suisse no Brasil, José Olympio Pereira, em conversa com jornalistas na conferência que o banco suíço realiza para investidores em São Paulo.

Para o chefe do Credit Suisse no Brasil, os investidores estão interessados em investir no País e a atratividade local cresce em termos relativos.

“Estamos vendo os investidores mais animados. Há um fluxo grande para a bolsa. O Brasil se beneficia porque as outras alternativas estão mais complicadas”, diz, lembrando do caso do México, que há poucos anos competiu pelos investidores com o Brasil, mas que no momento vive uma situação mais frágil, em especial após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

Com um ambiente mais favorável, o mercado de ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) começou a indicar um retorno. Pereira destacou as três empresas na fila para abrir capital em fevereiro (Unidas, Movida e Hermes Pardini) e disse que outras companhias podem vir a mercado em 2017. “Não me surpreenderia se tivésemos 10 IPOs”, disse.

A última abertura de capital na bolsa brasileira foi a da Alliar, em outubro. Apenas uma oferta ocorreu em 2015, a da Ourofino. No movimento oposto nesses dois anos diversas companhias fecharam o capital. Atualmente, há cerca de 350 com capital aberto na bolsa.

Em relação à economia brasileira, o presidente do Credit Suisse no Brasil acredita em um crescimento paulatino e que no último trimestre do ano o Produto Interno Bruto (PIB) já deve apresentar crescimento mais consistente, de algo em torno de 2%. “Mas na comparação ano contra ano há um carregamento estatístico”, disse.

Até por conta da ampla crise no Brasil, ele acredita que o processo de reestruturação das companhias ainda deve se estender.

Segundo ele, as companhias que entraram na crise moderadamente alavancadas viram a dívida líquida sobre o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) crescer diante da alta da Selic e aumento do spread bancário, ao passo que a geração de caixa minguou. “Agora temos que digerir essa situação.”

Cresce diferença de salário entre setor público e privado

01/02/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A diferença de salário entre trabalhadores do setor público e do privado cresceu no ano passado. Foi o maior aumento da série história do IBGE, iniciada em 2012.

Enquanto em 2015 o funcionalismo ganhava em média R\$ 3.152 –59,3% mais do que um empregado com carteira assinada–, em 2016 essa distância passou para 63,8%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE.

A principal razão para esse aumento foram os movimentos inversos nos rendimentos de cada categoria. Enquanto o salário médio de um servidor público aumentou 1,5% em 2016 em comparação com 2015, o de um trabalhador celetista do setor privado encolheu 1,3%.

Isso acontece porque, em um momento de crise, um empregador privado pode demitir um funcionário e contratar um novo pagando menos. No setor público, as regras de desligamento são mais rígidas, o que dificulta a repetição da prática.

Análise de dados do Ministério do Trabalho feita pela **Folha** na semana passada revelou que novos contratados com carteira assinada estão recebendo, em média, 21% menos do que os demitidos na mesma ocupação.

"A diferença aumentou porque no setor público não há demissões. Já no privado, houve muita demissão, e, quando o setor privado corta, ele começa pelos maiores salários, jogando a média geral para baixo", diz Hélio Zylberztajn, coordenador da pesquisa Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica).

Os funcionários públicos foram a única categoria cujos salários não caíram em nenhum momento desde 2012, quando começou a pesquisa.

A média superior a do empregado do setor privado, porém, esconde discrepâncias grandes dentro da categoria.

Enquanto o salário-base de um professor com formação de nível médio e carga horária de 40 horas era de R\$ 2.135,64 no ano passado, um auditor fiscal da Receita Federal em início de carreira ganhava R\$ 15.743,64.

Considerando apenas servidores do governo federal, a maior parcela (24,8%) ganha entre R\$ 4.501 e R\$ 6.500, e 17,5% têm salário superior a R\$ 13 mil, segundo o Ministério do Planejamento.

Funcionários públicos têm rendimentos superiores a empregados do setor privado em razão do perfil relativamente mais bem qualificado da categoria, afirma Zylberztajn. Estudo feito pelo Departamento de Análise de Políticas Públicas da FGV com dados de 2014 mostra que 52% dos servidores têm ensino superior completo.

Esse nível de formação é explicado principalmente pela filtragem exercida pelos concursos públicos, que ou demandam especificamente a formação ou, pela

dificuldade, acabam aprovando apenas quem tem uma bagagem de estudos, afirma Bruno Ottoni, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre).

OUTRAS CATEGORIAS

A maior perda salarial entre 2015 e 2016 aconteceu entre os empregadores, categoria que engloba empresários que trabalham no próprio negócio. De um ano para outro, o rendimento médio encolheu 6,1%, pressionado pelo faturamento em queda.

Ainda assim, a categoria permanece com o maior rendimento médio, de R\$ 5.079. Movimento semelhante aconteceu com os trabalhadores por conta própria, cujo rendimento médio recuou 3,5% no período.

Nível de atividade na indústria de SP cai 8,9% em 2016, revela Fiesp

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O indicador de nível de atividade (INA) da indústria paulista caiu 8,9% em 2016, registrando a terceira queda consecutiva, resultado inédito na série histórica. Em 2015 e 2014, o recuo foi de 6,2% e 6%, respectivamente, sem ajuste sazonal. A informação foi divulgada nesta terça-feira, 31, pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). Com o dado negativo de 2016, o INA acumulou queda de 19,7% em três anos.

“Essas quedas consecutivas foram uma surpresa para mim. Vimos uma trajetória ruim para a indústria de transformação”, destaca o diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp e Ciesp, Paulo Francini.

Em dezembro de 2016, houve avanço de 4,1% no INA, maior alta na margem do indicador desde junho de 2008 (6,6%). Em 15 dos 20 setores acompanhados, a variação do INA foi positiva.

Além disso, todas as variáveis que compõem o índice tiveram elevação no mês, com destaque para horas trabalhadas na produção, que subiu 6,2% ante novembro. No entanto, em relação a dezembro de 2015, ainda houve recuo de 1,3%, na série com ajuste sazonal.

Entre os setores, o destaque foi o de veículos automotores, que apresentou variação positiva de 6,5% na comparação de dezembro contra novembro, com ajuste sazonal. Mas no ano, registrou queda de 9,3% ante 2015, sem ajuste sazonal.

Quanto ao nível da capacidade instalada (NUCI), o nível médio de utilização em dezembro ficou em 75,9 pontos, registrando leve aumento de 0,5 ponto porcentual em relação a dezembro de 2015.

Para este ano, a expectativa de Francini é de que o ciclo de redução mais intenso da Selic, entre outros fatores, pode auxiliar a melhora da confiança da indústria em 2017. “Mesmo que o cenário não faça prever um 2017 glorioso, nossa projeção ao final de janeiro é que 2017 pode trazer crescimento de 1,2% para a indústria de transformação”, estima.

Sensor de Janeiro

A pesquisa Sensor que tenta antecipar o resultado do mês corrente fechou em 48,5 pontos em janeiro, na série sem influências sazonais, mesmo resultado de dezembro. Esse resultado sinaliza queda da atividade industrial no mês, porque ficou abaixo de 50,0 pontos.

A abertura mostra melhora nas condições de mercado (de 50,2 pontos para 52,4 pontos), assim como no indicador de emprego (43,1 pontos para 48,9 pontos), embora ainda tenha ficado abaixo dos 50,0 pontos, o que indica expectativa de demissões no

mês. O nível de estoque ficou estável (46,3 pontos para 46,4 pontos) e houve recuo de 3,4 pontos no índice de vendas, para 50,5 pontos.

Criação de novas empresas no Brasil desacelera no fim de 2016

01/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

A criação de empresas no país apresentou desaceleração no fim de 2016. Em novembro do ano passado, foram abertos 152.943 empreendimentos, 4,4% a menos que em outubro. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (31) pela Serasa Experian.

Apesar da queda no fim do ano, no acumulado de 2016, de janeiro a novembro, a quantidade de empresas criadas (1.855.901) é 0,2% superior que a registrada no mesmo período de 2015, e a maior desde 2010 considerando o mesmo período.

“Apesar de o período entre janeiro e novembro de 2016 apresentar um número recorde de novas empresas criadas no país, já é possível observar tendência de desaceleração na criação de novos negócios”, disse a Serasa em nota. A tendência de desaceleração, segundo a entidade, começou em setembro.

De acordo com o levantamento, o aumento do número de empresas criadas em 2016 foi determinado pelo chamado empreendedorismo de necessidade. “Com a destruição de vagas no mercado formal de trabalho, pessoas que perderam seus empregos estão abrindo novas empresas visando a geração de alguma renda, por conta das dificuldades econômicas atuais.”

Setores

A maioria das novas empresas criadas entre janeiro e novembro de 2016 é do setor de serviços (62,6% do total). Em seguida, aparecem as empresas comerciais (28,8% do total) e o setor industrial (8,3% do total).

A Região Sudeste lidera o ranking de criação de empresas, com 963.782 empreendimentos, 51,9% do total de negócios abertos entre janeiro e novembro de 2016.

A Região Sul vem em seguida, com 16,8% de participação e 312.109 novas empresas. O Nordeste ocupa a terceira posição, com 16,7% (309.631 empresas) e o Centro-Oeste registrou a abertura de 160.796 empresas (8,7%) e a Região Norte, 88.526 ou 4,8% do total.

Defensoria pública quer suspensão de mineração de ouro ao lado de Belo Monte

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Defensoria Pública do Estado do Pará apresentou um requerimento à Justiça pedindo a suspensão do processo de licenciamento ambiental do projeto Volta Grande, que prevê a mineração de ouro abaixo da barragem de Belo Monte, hidrelétrica que está em construção no Rio Xingu, no Pará.

Segundo informações divulgadas pela Defensoria Pública, a ação cautelar tem como fundamento a falta de regularidade fundiária na área de instalação do projeto. “A instalação geraria, como consequência, um impacto socioambiental para a população indígena, garimpeiros e famílias agroextrativistas”, afirma o órgão;

A ação cautelar foi ajuizada contra a empresa canadense Belo Sun, que é a dona do projeto, e o Estado do Pará. O processo administrativo de licenciamento ambiental tramita na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Para a defensora pública agrária, Andreia Barreto, existem inúmeras comunidades rurais na área direta do empreendimento e no entorno que enfrentam problemas. "Há a falta de regularização fundiária, conflitos agrários e proximidades com a extração ilegal de madeira, como é o caso de parcela da Gleba Estadual Bacajá", declarou.

A área mencionada no licenciamento ambiental, de acordo com a defensoria, não contempla a área real em que será instalado o projeto. Para o órgão, "o impacto será grande, porque também afetará comunidades rurais ribeirinhas hipossuficientes, como a Ilha da Fazenda e a comunidade Itatá, que o licenciamento excluiu da área que sofrerá impacto". Em 2013, a Defensoria Pública ajuizou uma ação civil pública, além de uma ação cautelar, contra a empresa Belo Sun.

Conforme reportagem publicada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" na última semana, o governo do Pará está prestes a autorizar o início da operação do projeto, ignorando a conclusão de parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que não aprova o licenciamento da mineração por conta de falhas nos estudos de impacto às comunidades indígenas. A Belo Sun nega irregularidades e afirma que cumpriu todas as exigências legais.

IBGE: desvalorização do dólar ajudou a frear inflação da indústria em 2016

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A inflação da indústria acelerou na reta final de 2016, mas o recuo do dólar ao longo dos meses permitiu que encerrasse o ano bem mais branda do que em 2015, explicou Manuel Campos, analista da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 1,28% em dezembro, após avanço de 0,78% em novembro. Como resultado, a taxa acumulada em 2016 foi de 1,71%, contra uma alta de 8,8% nos preços dos produtos na porta de fábrica no ano anterior, informou o IBGE.

"Houve uma alta de 47% no dólar ante o real no ano de 2015, o que impulsionou os preços de toda a pauta de exportações brasileiras, como açúcar, soja, laranja, papel e celulose. O câmbio também aumentou os custos de produção naquele ano. Em 2016, ao contrário, o real se valorizou 13,4% ante o dólar", disse Campos.

Em 2016, 11 das 24 atividades pesquisadas tiveram redução nos preços. Houve impacto da desvalorização do dólar, mas também de preços internacionais. O destaque foi o setor de outros produtos químicos, onde a queda alcançou 12,36%.

"Houve também a competição com itens importados, como adubos, fertilizantes e matérias-primas para a fabricação de plástico", disse Campos.

Além dos químicos, as quedas de preços mais acentuadas no ano foram em outros equipamentos de transportes (-8,40%), minerais não metálicos (-7,38%), fumo (-6,81%), papel e celulose (-6,05%), couro (-5,44%) e madeira (-4,53%). Todos os setores têm em comum acentuada influência do dólar ou impacto de cotações no mercado internacional.

Na direção oposta, as indústrias extrativas tiveram um salto de 34,37% nos preços, puxado tanto pelo minério de ferro quanto pelo petróleo.

Mas foi o aumento de 8,82% nos preços do setor de alimentos que deu a maior contribuição para a inflação da indústria em 2016, com destaque para as pressões exercidas pelo açúcar e pela soja.

Entre as categorias de uso, bens de capital e bens intermediários ficaram mais baratos no ano passado. Por outro lado, os bens de consumo subiram 5,2%.

“Já não é um aumento tão comportado assim, inclui itens como sofá, geladeira, fogão, calçados”, lembrou Campos.

Brasil e Argentina põem foco em negociações com a União Europeia

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

A guinada protecionista dos Estados Unidos e a saída da Venezuela do Mercosul formam um ambiente propício para acelerar negociações comerciais com blocos e países. A percepção foi compartilhada pelas delegações do Brasil e Argentina que se reuniram por dois dias em Brasília. Um dos focos de atenção dos sócios sul-americanos são as negociações com a União Europeia que poderiam ter assinatura de um acordo de livre comércio em até um ano.

“A União Europeia mostra um interesse que não existia. Cecilia Malmström (comissária de comércio exterior da UE) disse que planeja terminar a negociação com o Mercosul em um ano”, disse o ministro de comércio exterior da Argentina, Francisco Cabrera, em entrevista coletiva, ao comentar conversa com a colega europeia durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça.

Ao lado do ministro argentino, o ministro do Desenvolvimento, Marcos Pereira, disse que o bloco sul-americano quer aproveitar essa sinalização de Bruxelas e lembrou que há ambiente propício criado pela reconfiguração do Mercosul. “Queremos aproveitar essa quadra. Com a suspensão da Venezuela, estamos desanuviados e o Mercosul está alinhado como não esteve nos últimos anos”, disse o brasileiro.

Ainda que reconheçam oportunidades, Cabrera e Pereira foram cautelosos ao comentar a guinada na política externa dos EUA. Os dois ministros sempre citaram possibilidades no condicional e com a ressalva de que medidas precisam ser confirmadas pelo governo dos EUA. Mesmo assim, reafirmaram oportunidades.

“Confirmadas medidas do governo Donald Trump, o Brasil terá uma gama de oportunidades”, disse o ministro brasileiro. “Se efetivamente a política dos EUA é revisar e cancelar alguns acordos comerciais, haverá muitos sócios do sudoeste asiático que vão querer revisar toda a política externa”, disse o ministro argentino.

Neste contexto de mudança da política comercial dos EUA, Pereira disse que o presidente Michel Temer “pediu que nós, o Mercosul, possamos avançar em diálogos com países da aliança do Pacífico”. O ministro citou como exemplos a Colômbia, Peru e o México.

Governo trabalha com ‘umas 20 hipóteses’ de medidas microeconômicas, diz Padilha

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou na manhã desta terça-feira, 31, que o governo trabalha com “umas 20 hipóteses” de mais medidas microeconômicas para criar empregos no País.

Durante a abertura da reunião dos grupos de trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho, em Brasília, Padilha afirmou que não anunciaria ainda nenhuma medida nova, mas que as hipóteses estão sendo consideradas e que o governo quer ouvir sugestões do Conselho.

“Temos que ter medidas que agora neste momento ajudem a gerar emprego”, afirmou, conforme vídeo do discurso de Padilha divulgado pela NBR. “Nós precisamos

ter outras medidas e nós estamos trabalhando com umas 20 hipóteses, mas não vou aqui anunciar nada porque nós queremos ouvir conselhos”, disse, depois de comentar as medidas microeconômicas já anunciadas pelo governo federal – como a liberação de saque das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que, afirmou o ministro, representa injeção de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no consumo.

Comentando a situação do desemprego no País, após a divulgação de que a taxa de desocupação no Brasil ficou em 12% no trimestre encerrado em dezembro, Padilha afirmou que o desemprego “já parou de cair na velocidade que vinha” e que a situação agora está se estabilizando.

“Parece que a gente já bateu no fundo e está ainda aplainando, porque o desemprego é o último que vem quando vêm as crises”, disse. Padilha não citou diretamente a Pnad Contínua, mas falou que já há indicadores apontando o fim da piora. “De outra parte, na retomada agora, como tem capacidade ociosa, o padrão vai admitir depois da primeira volta neste ciclo todo (de recuperação) com indústria, comércio e depois serviços.”

Conselhã

Em entrevista à NBR, Padilha disse esperar dos membros do Conselho sugestões para recuperar os empregos do País. O grupo deve elaborar indicações e apresentá-las ao presidente Michel Temer em março.

“O desemprego está começando a ceder, mas temos que não só cuidar do desemprego, mas também do emprego e minha palavra mais forte na reunião de hoje foi de que as sugestões tivessem como pano de fundo o emprego”, afirmou.

Para formular sugestões ao presidente, o Conselho distribuiu os membros em cinco grupos de trabalho: ambiente de negócios, desburocratização, educação básica, produtividade e competitividade e agronegócio.

Temer nomeia cinco novos integrantes do Conselho

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da República, Michel Temer, nomeou cinco novos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em decreto publicado no Diário Oficial da União.

Passam a fazer parte do Conselho a presidente e sócia-fundadora da Beleza Natural, Leila Velez; a CEO da joalheria Pandora no Brasil, Rachel Maia; o presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (Simde) e da Condor Tecnologias Não Letais, Carlos Erane de Aguiar; o presidente do Grupo Bom Futuro, Erai Maggi Scheffer; e o executivo Nelson Narciso Filho, acionista da NNF Energy Consultancy e consultor da FGV Energia. Segundo o Palácio do Planalto, os novos integrantes já participam das reuniões dos grupos de trabalho nesta semana.

Em outro ato, também publicado no Diário Oficial da União, Temer dispensa, a pedido, os seguintes membros do conselho: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Monica Baumgarten de Bolle e Raí Souza Vieira de Oliveira.

Vendas de medicamentos sobem 7,7% em 2016 até novembro, diz Abradilan

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

As vendas de medicamentos aumentaram 7,7% na rede de distribuição entre janeiro e novembro de 2016 na comparação com igual período de 2015, segundo dados da Associação Brasileira de Distribuição e Logística de Produtos Farmacêuticos (Abradilan). A rede vendeu 797 milhões de unidades nos 11 meses do ano passado.

O crescimento de faturamento foi maior. Foram R\$ 14,450 bilhões de receita no período, alta de 12% na comparação anual.

A Abradilan avalia que os distribuidores cresceram junto com a maior demanda por medicamentos de menor custo. Os resultados foram impulsionados, sobretudo, pelo aumento da representatividade dos medicamentos genéricos no total das vendas, pondera a entidade.

Desembolsos do BNDES tiveram maior recuo da série histórica, iniciada em 1995

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O recuo de 35% nos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2016 ante 2015 é o maior já visto na série histórica do desempenho da instituição, que inicia em 1995 e traz comparações anuais desde 1996.

Antes disso, a queda mais intensa havia sido registrada em 2015, quando as liberações do banco de fomento cederam 28% em termos nominais (sem descontar a inflação).

Em volume, os R\$ 88,3 bilhões desembolsados pelo BNDES no ano passado representam o menor montante desde 2007, quando a instituição liberou R\$ 64,8 bilhões. Antes disso, a última vez que o banco de fomento registrou desembolsos abaixo de R\$ 100 bilhões foi em 2008 (R\$90,9 bilhões).

O superintendente da área de Planejamento e Pesquisa do banco, Fabio Giambiagi, descarta a retomada do patamar de R\$ 100 bilhões já em 2017. "O retorno a um patamar de R\$ 100 bilhões não está em perspectiva imediatamente. Não seria realista trabalharmos com isso para este ano", disse Giambiagi.

Em dezembro passado os desembolsos do banco somaram R\$ 11,8 bilhões, acima da média mensal de 2016. Para Giambiagi, ainda não há uma tendência firme de recuperação, principalmente após tantos meses de quedas significativas das liberações de recursos.

"A tendência é que até o fim do ano isso avance, mas não dá para dizer que o aumento de dezembro per si signifique uma retomada", disse em entrevista coletiva.

O departamento de pesquisa do banco trabalha com uma estimativa de crescimento do País em 2017 entre 0,5% e 1%. Para Giambiagi, a redução da taxa básica de juros, a Selic, pode ajudar a reduzir o endividamento de empresas e famílias, impulsionando a economia. A área tem um cenário base com a Selic caindo e terminando o ano em 9,5% a 9,75% ao ano.

Questionado se a queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ajudaria também a aumentar a demanda de recursos junto à instituição de fomento, o executivo preferiu não comentar e disse que é uma decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Exportação de serviços

Os valores destinados pelo BNDES ao financiamento da exportação de serviços, no qual as obras no exterior são destaque, caíram 51% em termos nominais em 2016. O recuo reflete os problemas enfrentados pelas empreiteiras nacionais, em boa parte investigadas na Operação Lava Jato. Ao longo do ano passado, os desembolsos para esses projetos somaram apenas R\$ 267 milhões.

Em outubro, o BNDES divulgou a suspensão, efetuada em maio, de 25 empréstimos contratados para projetos de obras no exterior, no valor de US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 4,7 bilhões ainda não haviam sido liberados.

O congelamento das operações de crédito foi a resposta do banco a uma ação civil pública aberta pela Advocacia Geral da União (AGU) contra empreiteiras por improbidade administrativa, em junho de 2015. A decisão do BNDES atingiu obras em nove países, tocadas por empreiteiras investigadas na Lava Jato, como Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

Em 28 de dezembro passado, o BNDES retomou os desembolsos para o primeiro dos contratos em reavaliação, relativo ao financiamento às exportações de bens e serviços de engenharia destinado à construção, pela Queiroz Galvão, do corredor logístico que liga Puente San Juan I a Goascorán, em Honduras. O valor do contrato é de US\$ 145 milhões, correspondentes a 66% do total da obra, orçada em US\$ 220 milhões.

FGV: alta na produção industrial e queda da Selic elevam confiança da indústria

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O aumento na confiança dos empresários da indústria em janeiro, que atingiu o seu maior nível desde maio de 2014, foi impulsionado principalmente pela expansão da produção em dezembro do ano passado e a intensificação do ritmo de queda da Selic, aponta o economista Aloisio Campelo Jr, superintendente de Estatísticas Públicas do Ibre/FGV.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), medido pela FGV, subiu 4,3 pontos no primeiro mês de 2017, para 89 pontos. Dentro desse indicador, o Índice de Expectativas (IE) avançou 4,7 pontos, para 91 pontos, e o Índice da Situação Atual (ISA) teve alta de 3,8 pontos, para 87 pontos.

O resultado da produção industrial em dezembro, que será divulgado na quarta-feira, 1º de fevereiro, pelo IBGE e cujas projeções do mercado apontam para crescimento, foi um dos principais fatores para o avanço da confiança.

“A aceleração da produção em dezembro se deve a uma devolução da indústria de duráveis, principalmente a de automóveis, que teve alguns problemas nos meses anteriores”, disse o economista, em referência à Volkswagen, que precisou interromper a produção em agosto e setembro por falta de fornecimento.

Além disso, continuou Campelo, a intensificação do ritmo de flexibilização monetária deu maior otimismo aos empresários do setor industrial. Ainda na primeira quinzena de janeiro, o Banco Central (BC) anunciou uma redução de 0,75 ponto percentual na Selic, depois de dois cortes seguidos de 0,25 ponto percentual.

“O impacto da redução das taxas juros na atividade econômica costuma demorar em torno de seis a oito meses, mas na confiança o efeito é imediato”, afirmou.

Diante deste cenário de aumento da produção em janeiro e alta na confiança, Campelo acredita que cresceu a probabilidade de a produção industrial do primeiro trimestre de 2017 avançar em relação ao último trimestre do ano passado, em conta que considera o ajuste sazonal.

Outro fator que aponta para isso, ele disse, é o avanço do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci), que atingiu 74,6% em janeiro, 1,7 ponto percentual acima do mês passado.

A edição de janeiro de 2017 do ICI coletou informações de 1.089 empresas entre os dias 02 e 26 deste mês. A próxima divulgação desse indicador será no dia 24 de fevereiro de 2017, sendo que a prévia do resultado será publicada no site do Ibre no dia 20 de fevereiro.

Bolsa sobe e fecha janeiro com alta de 7,4%; dólar recua 3% no mês

01/02/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O mercado financeiro brasileiro ignorou o cenário externo e garantiu ganhos na Bolsa nesta terça-feira. O dólar também seguiu o noticiário doméstico e se valorizou ante o real, contrariando movimento visto ao redor do mundo.

O Ibovespa avançou 0,57%, a 64.64.670 pontos. Em janeiro, a alta foi de 7,38%. O ganho foi sustentado pela valorização de mais de 7% da Cemig (estatal mineira de energia), Petrobras e alguns papéis do setor financeiro.

O governo federal quer incluir a privatização da Cemig no programa de socorro a Minas, ainda que o Estado já tenha descartado a venda da companhia, segundo a Reuters. Os papéis preferenciais da estatal avançaram 6,90%, para R\$ 9,14. Na semana passada, as ações do banco público gaúcho Banrisul foram impulsionadas pela possibilidade de privatização.

A Petrobras chegou a subir quase 2% durante o pregão, mas fechou o dia com ganhos mais modestos, acompanhando o petróleo. As ações preferenciais (mais negociadas) da companhia avançaram 1,21%, a R\$ 15,02. As ordinárias ganharam 0,30%, para R\$ 16,19.

O petróleo Brent subiu 0,85%, para US\$ 55,70 o barril depois de a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) informar que os associados conseguiram reduzir a produção diária em 1 milhão de barris por dia, 82% da meta estabelecida em janeiro. No setor financeiro, as units do Santander e as ações do Banco do Brasil avançaram mais de 1,5%. Os papéis do Itaú terminaram o dia estáveis, a R\$ 37,24.

No mercado internacional, o pregão foi marcado por mais um dia de queda na Europa e nos Estados Unidos. Após a primeira semana de euforia, medidas polêmicas do novo presidente americano, Donald Trump, começam a repercutir sobre os mercados financeiros. Resultados ruins das companhias americanas também afetaram o resultado das Bolsas.

O índice Dow Jones, que na semana passada rompeu recorde histórico de 20 mil pontos, nesta terça estava em 19.842 pontos, queda de 0,65% por volta das 18h30.

DÓLAR

Na contramão do exterior, a moeda americana subiu 1% ante o real nesta terça-feira, impulsionada pela fala do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

Durante a manhã, o dólar caía para R\$ 3,10 quando Goldfajn afirmou a investidores que o Banco Central poderia rolar apenas parcialmente ou simplesmente não rolar os contratos de swap cambial que vencem em março.

Com isso, investidores que carregam esses contratos precisariam comprar moeda estrangeira no mercado à vista. Essa sinalização faz o real se desvalorizar ante o dólar.

Na cotação à vista (usada em operações no mercado financeiro), a moeda subiu 1,11%, para R\$ 3,1508. O dólar comercial (usado em operações de comércio exterior) ganhou 0,73%, a R\$ 3,1520. O movimento, no entanto, não foi suficiente para apagar os ganhos vistos em janeiro. Neste primeiro mês de 2017 o dólar recuou 3,19% ante o real.

Comparado a uma cesta de moedas emergentes, o real foi a que mais recuou em relação ao dólar nesta terça.

Na maior parte do mundo, no entanto, o dólar recuou depois que Peter Navarro, chefe do novo conselho nacional de comércio de Donald Trump, afirmou que a Alemanha

desvaloriza o euro de forma artificial, como se fosse um marco alemão (antiga moeda alemã), para explorar os Estados Unidos e outros parceiros da União Europeia.

"Um grande obstáculo para que vejamos o Tratado Transpacífico como um acordo bilateral é a Alemanha, que continua a explorar outros países na União Europeia e os Estados Unidos com um "marco alemão implícito" que está grosseiramente desvalorizado", disse Navarro ao Financial Times.

JUROS

Os juros brasileiros voltaram a cair nesta terça, depois de leve alta no dia anterior. O contrato futuro para janeiro de 2018 recuou de 10,94% para 10,91%. O vencimento janeiro de 2021 saiu de 10,70% para 10,68%.

IPP sobe 1,28% em dezembro ante 0,80% em novembro

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 1,28% em dezembro, informou nesta terça-feira, 31, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de novembro foi revisada de uma alta de 0,78% para 0,80%.

O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Com o resultado anunciado há pouco, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 1,71% no ano de 2016.

Considerando apenas a indústria extrativa, houve avanço de 19,55% nos preços em dezembro, após alta de 2,20% em novembro. Já a indústria de transformação registrou aumento de 0,70% no IPP de dezembro, ante alta de 0,76% em novembro.

Maiores pressões

Foram justamente os aumentos de preços nas indústrias extrativas, refino de petróleo e metalurgia que puxaram a aceleração na inflação da indústria na passagem de novembro para dezembro de 2016. Entre as 24 atividades pesquisadas, 18 apresentaram reajustes de preços na porta de fábrica. As quatro maiores altas foram das indústrias extrativas (19,55%), refino de petróleo e produtos de álcool (2,53%), metalurgia (2,20%) e fumo (1,81%).

Já as maiores contribuições para a formação do IPP partiram das indústrias extrativas (0,60 ponto percentual), refino de petróleo e produtos de álcool (0,25 ponto percentual), metalurgia (0,16 ponto percentual) e veículos automotores (0,06 ponto percentual).

Entre as categorias de uso, os bens de capital ficaram 0,05% mais caros (impacto nulo no IPP do mês); bens intermediários subiram 1,92% (1,06 ponto percentual de impacto); bens de consumo aumentaram 0,60% (0,22 ponto percentual de contribuição), sendo que bens de consumo duráveis subiram 0,56% (0,05 ponto percentual) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis cresceram 0,62% (0,17 ponto percentual).

2016

Os preços dos produtos das indústrias extrativas saltaram 34,7% em 2016, o maior avanço entre as atividades pesquisadas no ano. O recuo de 12,36% nos preços do setor de outros produtos químicos ajudou a conter a inflação da indústria, informou o IBGE.

Entre as maiores altas em 2016 estiveram ainda as atividades de impressão (9,54%), perfumaria, sabões e produtos de limpeza (9,37%), alimentos (8,82%), metalurgia (6,25%) e farmacêutica (6,19%). Na direção oposta, além dos químicos, as quedas

de preços mais acentuadas foram em outros equipamentos de transportes (-8,40%), minerais não metálicos (-7,38%), fumo (-6,81%), papel e celulose (-6,05%), couro (-5,44%) e madeira (-4,53%). Todos os setores têm em comum acentuada influência do dólar ou impacto de cotações no mercado internacional.

As maiores contribuições para o resultado geral do IPP no ano foram de alimentos (com uma contribuição de 1,77 ponto percentual), indústrias extrativas (0,95 ponto percentual) e metalurgia (0,44 ponto percentual). O setor de outros produtos químicos foi o que mais impactou negativamente o indicador: -1,32 ponto percentual.

Mastercard tem alta de 9,5% na receita do 4º trimestre

01/02/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Mastercard divulgou alta de 9,5% na receita do quarto trimestre

A Mastercard, segunda maior processadora de pagamentos do mundo, divulgou nesta terça-feira (31) alta de 9,5% na receita do quarto trimestre, mas alertou que dólar forte também deve restringir receitas e lucros neste ano.

As ações da companhia caíram 2% às 14h19 (horário de Brasília). A Mastercard reportou receita de US\$ 2,76 bilhões para o quarto trimestre, ante estimativa média de analistas de US\$ 2,79 bilhões.

O dólar forte deve impactar negativamente o aumento da receita em cerca de 2% e lucro líquido em 3% em 2017, disse a diretora financeira, Martina Hund-Mejean.

O dólar, perto da máxima de 14 anos em relação ao euro, pode se apreciar ainda mais se a economia EUA ganhar tração e a inflação subir sob a administração Trump.

O lucro líquido do quarto trimestre da Mastercard subiu 4,8%, para US\$ 933 milhões, ou US\$ 0,86 por ação, ante US\$ 890 milhões, ou US\$ 0,79 por ação, um ano antes. Em uma base ajustada, a empresa lucrou US\$ 0,86 por ação, praticamente dentro da expectativa média dos analistas, de US\$ 0,85 por papel, segundo a Thomson Reuters I/B/E/S.

A Mastercard reiterou meta de crescimento de receita entre 2016 e 2018 e expansão do lucro por ação ao redor de 15%.

O crescimento da receita no primeiro semestre deve ser menor do que no segundo semestre devido aos incentivos mais elevados, disse a executiva em teleconferência com analistas.

As despesas operacionais do ano devem crescer um dígito alto em base cambial neutra.

A Mastercard, que processa mais de 65 mil transações por minuto, disse que os volumes brutos em dólar subiram 9%, para US\$ 1,2 trilhão, no trimestre com base em moeda local.

A rival Visa, maior processadora de pagamentos do mundo, divulga resultados trimestrais na quinta-feira.

Etanol subiu em 17 Estados e caiu em 7 e no DF na semana passada, diz ANP

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os preços do etanol hidratado nos postos brasileiros subiram em 17 Estados, caíram em sete e no Distrito Federal e não se alteraram no Amapá e em Santa Catarina na semana encerrada em 28 de janeiro.

No período de um mês, as cotações do produto acumulam alta em 23 Estados e no Distrito Federal, queda na Bahia e Paraíba e estabilidade no Amapá. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em São Paulo, principal Estado produtor e consumidor, a cotação caiu 0,39% na semana, para R\$ 2,792 o litro, e no período de um mês acumula alta de 3,37%.

Na semana, o maior avanço das cotações foi registrado no Acre (3,02%), enquanto o maior recuo ocorreu no Distrito Federal (0,50%). A maior alta mensal, de 7,43%, foi no Espírito Santo e a maior queda foi na Paraíba (0,74%).

No Brasil, o preço mínimo registrado para o etanol foi de R\$ 2,259 o litro, em São Paulo, e o máximo foi de R\$ 4,399 o litro, no Rio Grande do Sul. Na média, o menor preço foi de R\$ 2,743 o litro, em Mato Grosso, e o maior preço médio foi verificado em Roraima, de R\$ 3,80 o litro.

Competitividade

Os preços do etanol hidratado seguem sem competitividade ante os da gasolina em todo País, pela 13ª semana consecutiva, de acordo com dados da ANP. A relação é favorável ao biocombustível quando está abaixo de 70%.

Em São Paulo, onde o etanol equivale a 76,96% do valor da gasolina, o produto ficou cotado, em média, a R\$ 2,792 por litro. A gasolina, em R\$ 3,628 por litro.

Mesmo com recuperação mais lenta da economia, meta fiscal foi alcançada, diz BC

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O chefe adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha, avaliou nesta terça-feira, 31, que o resultado fiscal do Setor Público Consolidado de 2016, com déficit de R\$ 155,791 bilhões, foi suficiente para cumprir a meta que admitia um saldo negativo de até R\$ 163,9 bilhões do ano passado, mas lembrou que o resultado ainda foi o pior da história do indicador.

“Mesmo com recuperação econômica mais lenta do que o projetado inicialmente, os resultados ocorridos foram suficientes para que a meta fosse alcançada. Por outro lado, o déficit foi o maior observado na série do BC, o que mostra o quão desafiadora é a questão fiscal”, afirmou. “Já a meta de um déficit menor do Setor Público Consolidado para este ano (de R\$ 143,1 bilhões) indica um caminho para a consolidação fiscal do País”, completou.

Governo Central

O chefe-adjunto do Departamento Econômico do BC apontou que o saldo negativo do Governo Central, de R\$ 159,473 bilhões na metodologia da autoridade monetária – abaixo da linha -, também foi a pior da série. Na metodologia do Tesouro, o déficit do Governo Central foi de R\$ 154,255 bilhões.

De acordo com ele, as razões para essa discrepância de valores são várias. Uma das causas seria a forma de cálculo dos passivos referentes à subvenções econômicas, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse caso, o BC faz esse cálculo mensalmente, enquanto o Tesouro computa esses valores semestralmente. Os recebíveis da Usina de Itaipu e as despesas com o Fies também entram nessas discrepâncias.

“A diferença de R\$ 5,2 bilhões para o resultado fiscal de 2016 divulgado ontem pelo Tesouro se deve a discrepâncias estatísticas, que existem todos os meses. Na metodologia do BC compilamos os estoques de ativos e passivos do setor público, enquanto a metodologia do tesouro se baseia nos fluxos de receitas e despesas”, explicou.

INSS

Rocha avaliou que o déficit primário de R\$ 70,737 bilhões do Setor Público Consolidado em dezembro foi impactado pelo resultado negativo de R\$ 6,872 do INSS, que foi o pior para meses de dezembro na série histórica do BC (iniciada em dezembro de 2001). “Nos últimos anos, pelo menos desde 2008, as contas de dezembro da Previdência vinham sendo superavitárias em dezembro, mas foi deficitária no mês passado. Isso é decorrente do aumento do desemprego ao longo do ano passado”, completou.

Rocha destacou a conta de juros de R\$ 34,499 bilhões em dezembro, inferior aos pagamentos de novembro e de dezembro de 2015. “A taxa de câmbio se apreciou no mês passado, trazendo ganhos de swap para a conta de juros”, explicou.

Dívida pública

O chefe adjunto do Departamento Econômico do Banco Central apresentou a elasticidade da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ante o Produto Interno Bruto (PIB) em relação às variáveis que interferem em seu resultado. No caso do câmbio, cada 1% de variação tem impacto imediato de 0,15 ponto porcentual (pp) em sentido oposto, o que equivale a R\$ 9,8 bilhões.

No caso da Selic, a cada 1 pp de alteração mantida por 12 meses tem reflexo de 0,36 pp na DLSP/PIB no mesmo sentido, o que representa R\$ 21 bilhões em valores correntes.

Já cada alta ou baixa da inflação (basicamente IPCA) de 1 pp mantido por 12 meses tem impacto 0,15 pp no mesmo sentido na DLSP/PIB, ou R\$ 9,8 bilhões em valores nominais.

IBGE: maior procura por trabalho no fim de 2016 é sinal de redução no desalento

01/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O mercado de trabalho trouxe sinais positivos na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre de 2016, apesar do aumento na taxa de desemprego, de 11,8% para 12,0% no período, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população ocupada aumentou em 0,5%, o equivalente à criação de 427 mil vagas. A população desocupada também cresceu, 2,7%, com 320 mil indivíduos a mais em busca de uma vaga.

“Sem dúvida é um alento (o aumento na ocupação entre o terceiro e o quarto trimestre). Mas não teve redução na taxa de desocupação porque aumentou a população pressionando o mercado.

Essa pressão é ruim? Não, porque essas pessoas estão percebendo um mercado melhor”, apontou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

A força de trabalho cresceu 0,7%, 747 mil pessoas a mais. Já a população inativa encolheu 0,2%, 98 mil pessoas a menos fora da força de trabalho. “Sinal que a população está saindo do desalento”, avaliou Azeredo. “É muito cedo para dizer que é um sinal positivo. A grande interrogação é esse processo vai se consolidar ou não”, completou.

Segundo o pesquisador, o mercado de trabalho está respondendo de forma positiva a um movimento sazonal de geração de vagas temporárias, evitando um aumento maior na taxa de desemprego.

Mas o movimento ainda se concentra na informalidade. Houve redução no contingente de pessoas ocupadas no setor privado com carteira assinada (-104 mil), ao passo que aumentou o total de empregados sem carteira no setor privado (+248 mil) e trabalhadores por conta própria (+274 mil).

“Comércio, alojamento e alimentação, a parte de transporte, hospedagem... São grupamentos que mais se movimentaram positivamente”, contou Azeredo.

O comércio, que costuma contratar funcionários temporários no fim do ano, ganhou 559 mil ocupados na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre do ano, um avanço de 3,3% no total de vagas. No entanto, ainda dispensou 75 mil empregados no trimestre encerrado em dezembro ante o mesmo período do ano anterior, queda de 0,4% na ocupação no setor.

Na avaliação do coordenador do IBGE, a exposição do País no exterior durante a Olimpíada atraiu mais turistas e criou vagas no comércio e serviços. “A entrada de turistas no Brasil está maior. Houve a exposição do Brasil, então trouxe mais turistas. Você tem quadro maior e melhor de alojamento, mais pessoas utilizando comércio, mais pessoas contratadas nos hotéis, mais pessoas nas lojas”, justificou Azeredo.

O setor de alojamento e alimentação contratou mais 145 mil pessoas na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre de 2016, enquanto a atividade de transportes criou 110 mil vagas.

“Mas a tendência é que a desocupação venha a subir a partir de março de 2017”, ressaltou o coordenador do IBGE, lembrando o fim da alta temporada no País, quando tradicionalmente há dispensa de funcionários temporários.

Brasil estreitará laços no Pacífico

01/02/2017 – Fonte: GS Notícias

Pouco mais de uma semana depois de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter assinado a ordem executiva para iniciar a saída do país da Parceria Transpacífico (Trans-Pacif Partnership - TPP, na sigla em inglês), o Brasil e a Argentina anunciaram ontem que pretendem “estreitar os laços” com o Japão, o Canadá e países do Pacífico.

Após um encontro bilateral entre os ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, Marcos Pereira, e da Produção da Argentina, Francisco Cabrera, o secretário brasileiro de Comércio Exterior, Abrão Neto, afirmou que o Brasil pretende aproveitar a “conjuntura” para negociar acordos com os países que compõem a TPP: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã.

Segundo Abrão Neto, o Brasil vai aproveitar as mudanças no cenário internacional para aprofundar a aproximação com países da Aliança do Pacífico, que em alguns casos já está avançada.

"Temos uma negociação entre Brasil e México, que já caminha para a sexta rodada de encontros e, além disso, temos negociações, sobretudo em temas não-tarifários, como serviços, compras e investimentos, com Chile, Colômbia e Peru." As medidas poderão impulsionar o comércio brasileiro e alavancar diversos negócios em vários setores econômicos.

A burocratização na abertura de empresas

01/02/2017 – Fonte: GS Notícias

É incalculável o número de vezes que ouvimos reclamações em relação à burocracia demasiada que temos em serviços públicos. Quando somos expostos a índices e números de potências internacionais, ou até de vizinhos próximos, tendemos a ficar pasmos com a disparidade em termos de agilidade com que os mesmos processos são realizados. Um exemplo é o tempo médio para abrir uma empresa.

O tempo médio que empreendedores levam para abrir sua empresa varia consideravelmente no Brasil. Segundo uma pesquisa de 2015 publicada pela Endeavor, em Caxias do Sul, por exemplo, são necessários em média 304 dias para terminar o processo de abertura, enquanto em Uberlândia (MG), o mesmo processo é concretizado em apenas 24 dias.

São 280 dias a diferença entre o município mais rápido do mais lento. Como é possível, no mesmo País, termos uma disparidade tão grande nesse índice? Muitos podem acreditar que isso é uma realidade distante da brasileira, pois bem, analisemos o Chile, país vizinho do Brasil, onde são necessários apenas 11 minutos para abrir uma empresa. Com leis simples e claras, o empreendedor chileno consegue atingir a liberdade necessária para empreender e criar facilmente.

Fica notável que a burocratização excessiva é a principal causadora de atrasos no Brasil e o responsável por sua existência é, sem dúvida, o tamanho do Estado. O alto número de processos e trâmites necessários para abrir uma empresa no País faz com que servidores públicos ofertem caminhos alternativos e facilitadores para população.

Fica visível o esforço na geração de barreiras para que essa facilidade possa ser ainda mais valorizada. Portanto, diminuir o papel do Estado e tornar a economia mais livre, fará com que mais empreendedores nasçam e, por consequência, mais inovação tragam para o País. Em outras palavras, a população só tem a ganhar.

Em 20 anos, rendimento do FGTS perde para poupança e não cobre nem inflação

01/02/2017 – Fonte: UOL Economia

Ainda não foram divulgadas as datas para sacar o dinheiro de contas inativas do FGTS, mas uma coisa é certa: se você quer fazer seu dinheiro render, há opções bem melhores do que deixá-lo no fundo.

Uma das principais críticas ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) é que ele rende pouco e, caso o trabalhador pudesse colocar esse dinheiro em outras aplicações, teria um retorno maior. Hoje, o FGTS é corrigido pela TR + 3% ao ano. A poupança, por exemplo, que é a aplicação mais popular entre os brasileiros, rende TR + 6,17% ao ano.

O ideal, se puder, é sacar tudo do FGTS e aplicar na poupança, por exemplo, que ganha muito mais.

José Dutra Vieira Sobrinho, matemático financeiro

A pedido do **UOL**, o matemático calculou quanto o FGTS rendeu no acumulado dos últimos 5, 10, 15 e 20 anos, e comparou com a inflação no período.

FGTS X INFLAÇÃO

| | 5 ANOS | 10 ANOS | 15 ANOS | 20 ANOS |
|-----------------|--------|---------|---------|---------|
| FGTS | 22% | 49,67% | 99,42% | 202,22% |
| Inflação (IPCA) | 40,29% | 82,6% | 163,45% | 250,28% |
| Perda real | 13,04% | 18,04% | 24,3% | 13,72% |

Fonte: José Dutra Vieira Sobrinho

A perda real é a perda de poder de compra do consumidor, que acontece quando o rendimento não consegue cobrir a inflação.

No caso de quem tem dinheiro no FGTS há 20 anos, a perda real foi um pouco menor, proporcionalmente, porque o FGTS teve rendimentos mais altos entre 1997 e 2001, segundo Dutra.

Rende menos que outras aplicações

Além de não cobrir a inflação, o rendimento do FGTS nos períodos analisados foi menor que o de diversas aplicações financeiras. O **UOL** pediu para a consultoria Econômica comparar o resultado do fundo aos principais investimentos.

FGTS X INVESTIMENTOS

| | 5 ANOS | 10 ANOS | 15 ANOS | 20 ANOS |
|------------------|--------|---------|---------|-----------|
| FGTS | 22% | 49,67% | 99,42% | 202,22% |
| Poupança | 42,17% | 103,39% | 216,29% | 464,66% |
| Bolsa (ibovespa) | 6,12% | 35,42% | 343,6% | 755,51% |
| CDI* | 67,57% | 183,37% | 561,49% | 1.724,33% |
| Dólar | 73,74% | 52,44% | 40,45% | 213,56% |
| Ouro | 25,05% | 173,1% | 452,56% | 856,29% |

*o CDI é usado como referência para investimentos, como CBD e LCI

Fonte: Econômica

O FGTS só conseguiu superar a Bolsa em 5 e em 10 anos e o dólar, em 15 anos. Bolsa e dólar são investimentos de alto risco (renda variável).

Governo diz que vai aumentar rendimento do FGTS

No final do ano passado, o governo anunciou uma fórmula para tentar melhorar o rendimento do FGTS e deixá-lo equivalente ao da poupança, mas essa melhora depende dos resultados anuais do fundo.

A Caixa Econômica Federal é a gestora do FGTS. Os recursos são usados para financiar obras de habitação, saneamento e infraestrutura de transportes, além de serem investidos em aplicações financeiras. Quando o resultado supera as despesas, o fundo tem lucro.

Com a nova regra, no ano em que o fundo tiver lucro, metade desse ganho terá que ser repartida com os trabalhadores.

Zazcar mantém aposta no compartilhamento de carros

01/02/2017 – Fonte: Automotive Business



Há cinco anos chegava ao mercado a Zazcar, primeiro serviço independente de compartilhamento de carros. Na época, as opções de transporte se limitavam ao sistema público, aos veículos próprios ou, no máximo, aos táxis. Foi difícil entender a proposta da empresa, que apresentava o automóvel como serviço, não como um produto em si.

“De lá para cá muita coisa mudou. Surgiram uma série de alternativas ao transporte urbano que fizeram muita gente abrir mão do carro. O nosso mercado cresceu”, avalia Felipe Barros, CEO da empresa.

Na visão dele, a chegada de plataformas de transporte individual, como a Uber, e de empresas que permitem que as pessoas aluguem seus carros, como a Pegcar, ajudaram a mudar a mentalidade das pessoas que, mesmo usando pouco, acreditavam que precisavam ter um carro. É assim ao menos em São Paulo, cidade onde a Zazcar concentra seus serviços até hoje. “Esse formato de contratar serviço para se deslocar se popularizou e o nosso modelo acabou repensando a relação de posse. Nossa proposta passou a fazer sentido para mais gente”, diz.

O conceito da companhia é vantajoso principalmente para o aluguel por algumas horas, diferentemente do que acontece com locadoras de veículos tradicionais. “Se uma pessoa tem uma reunião em Campinas, por exemplo, não vai ser interessante pegar um táxi, mas ele pode contratar um carro nosso”, exemplifica.

A frota da Zazcar tem 65 carros em 52 pontos espalhados por São Paulo. Todas as unidades são do Ford Ka com motor 1.0. O cliente pode contratar o serviço pagando um valor pelo uso calculado pelas tempo e quilômetros rodados ou então por um pacote de horas com valor fixo.

A ideia para 2017 é fortalecer a oferta e consolidar a operação na capital paulista antes de tentar expandir para outras cidades. “Abrimos concorrência para a compra de mais 37 carros. Queremos oferecer veículos de quatro segmentos”, conta Barros, que também pretende ampliar em 15 pontos a rede da empresa na cidade.

Mesmo com o crescimento, o CEO avalia que há espaço para avançar. Segundo ele, o ideal é oferecer um carro para cada 100 habitantes. Por este cálculo, ele acredita que seja possível distribuir cerca de 1,5 mil automóveis pela cidade de São Paulo. “Hoje temos capacidade para servir só 2% a 3% da população. O avanço, ele diz, só vai acontecer no médio prazo, conforme os consumidores forem abrindo mão de ter veículo próprio na garagem.

AVANÇO TECNOLÓGICO

A Zazcar também se atualizou para acompanhar a evolução da demanda. Antes o cliente precisava ter um cartão da empresa para retirar os carros. Desde 2015, no entanto, tudo é feito por um aplicativo. Segundo Barros, já foram feitos mais de 30 mil downloads do app.

O sistema embarcado nos veículos e a tecnologia de gerenciamento da frota, que antes eram fornecidos por empresas de fora do Brasil, foram nacionalizados. “Fizemos um

esforço e desenvolvemos um sistema próprio. Ganhamos produtividade e hoje gastamos com isso apenas 10% do valor que gastávamos antes”, conta.

Banco Mercedes-Benz lidera ranking de Finame

01/02/2017 – Fonte: Automotive Business



"Repetir 2016, um ano tão fraco, é pouco provável, mas não esperamos milagres", diz o presidente do Banco Mercedes-Benz, Bernd Barth, sobre expectativas para 2017.

O Banco Mercedes-Benz encerrou 2016 na liderança do ranking de repasses via Finame, linha de financiamento do BNDES com participação de 80% nos financiamentos totais de veículos comerciais pesados no Brasil.

O banco da montadora desembolsou R\$ 1,56 bilhão para financiar 11.473 caminhões e ônibus da marca no ano passado. Em 2015, o Banco Mercedes-Benz figurava na sexta posição, atrás de Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Banco Volkswagen – nesta ordem.

Embora tenha alcançado a liderança do ranking, o braço financeiro da montadora se beneficiou mais da queda das operações das demais instituições do que pelo seu próprio desempenho, cujo crescimento foi de modestos 2,6% na comparação com 2015, ano em que seus repasses somaram R\$ 1,52 bilhão no Finame.

"Crescemos pouco, mas diante de um mercado que caiu bastante em termos de volume, relativamente expandimos a nossa participação de mercado.

Obviamente não é um objetivo ou uma meta ser um líder de repasses do Finame, é uma consequência, mas demonstra a nossa vocação e nosso posicionamento no mercado", afirma o presidente do Banco Mercedes-Benz, Bernd Barth, na terça-feira, 31, durante sua apresentação sobre o balanço do ano, na sede do banco em São Paulo.

Do total de repasse de recursos via Finame, o Banco Mercedes-Benz destinou pouco mais de R\$ 900 milhões para caminhões e R\$ 461,5 milhões para a aquisição de ônibus, sendo que este último ficou 62% acima do apurado no ano anterior, quando o banco havia liberado o total de R\$ 284,8 milhões.

Com a queda das vendas tanto de caminhões quanto de ônibus em 2016, os desembolsos totais via Finame no Brasil caíram 58%.

"Apesar do ano complicado e difícil, conseguimos resultados importantes, o que demonstra nossa estabilidade como instituição financeira e nossa estratégia de se aproximar cada vez mais do cliente com serviços que respondam às suas necessidades", reforça o executivo.

Em dezembro, a instituição registrou aumento de 19% no montante gerado em novos negócios, que atingiu os R\$ 174 milhões contra os R\$ 146,3 milhões do dezembro anterior.

Segundo ele, o resultado é fruto do esforço ao longo do ano para estreitar as parcerias com a própria fábrica e com a rede de concessionárias, que também financiam seus estoques por meio do banco.

“A crise desperta para o que precisamos e podemos fazer de diferente. Repensamos a forma como lidar com o negócio e em 2016 investimos fortemente em soluções digitais para estar mais próximo dos clientes, renovando o site e abrindo novos canais”, conta.

Entre as ações, o banco lançou simulador de financiamentos, solicitações online para clientes, um canal exclusivo para renegociação além do envio de propostas pelo vendedor diretamente ao Banco Mercedes-Benz.

“É uma nova plataforma que agrega ao negócio, mas ainda não tem efetivamente uma participação significativa. Estamos experimentando essas novas maneiras que faz com que nos relacionemos com o cliente antes mesmo dele ir à concessionária”.

RETOMADA

Alinhado com as perspectivas da Mercedes-Benz, que espera uma evolução entre 6% e 10% do mercado de caminhões para este ano o banco da montadora espera um 2017 menos tempestivo, dadas algumas condições do cenário econômico.

Para Barth, o próprio desenvolvimento da economia como um todo é um fator, impulsionado por alguns setores como o agronegócio. Alguns programas de financiamento também podem ser um pouco mais favoráveis neste ano, a partir da sinalização de queda contínua da taxa Selic.

O executivo também lembra da nova política de financiamento anunciada pelo BNDES, o deve trazer um maior número de empresas para a carteira de financiamentos.

“Repetir 2016 – que foi um ano tão fraco - é pouco provável que vá acontecer. Esperamos que a economia brasileira deva ter um pequeno crescimento, mas não vemos uma retomada acelerada. Tais fatores poderão agregar realmente para que tenhamos um 2017 um pouco melhor, mas não esperamos milagres”, pondera.

“Para 2017, nosso objetivo é continuar com a ampliação da nossa participação de mercado, mantendo os níveis que atingimos em 2016 e, se possível, tentar incrementar este resultado.”

Para o segmento de chassis, Barth espera um resultado pouco mais robusto, uma vez que nos últimos dois anos a renovação esperada não aconteceu, principalmente no segmento urbano devido ao congelamento dos repasses de tarifas.

“Então pode ser que seja agora um crescimento um pouco mais forte”, estima. “Sobre o Refrota [programa de renovação de frota de ônibus] estamos estudando, pode dar e vai dar um impulso positivo, mas vai demorar ainda um pouco para sentirmos o impacto.”

Volkswagen quer inovar no design de carros elétricos

01/02/2017 – Fonte: Automotive Business



Os carros elétricos que a Volkswagen pretende lançar nos próximos anos devem ter desenho bem diferente da linha de veículos oferecida atualmente pela companhia. A empresa trabalha no desenvolvimento de identidade visual completamente nova, com ousadas até então impossíveis em veículos a combustão.

“As baterias permitem que a gente altere a forma fundamental dos carros”, apontou o chefe de design da marca, Klaus Bischoff, em entrevista à agência Automotive News Europe.

Segundo o executivo, é possível desenhar modelos com maior distância entre eixos, mais altos e, portanto, com espaço mais amplo para os ocupantes. Também não há necessidade de reservar espaço tão significativo para o motor.

Segundo ele, é este tipo de mudança que a montadora pretende aplicar na família de modelos zero emissão que está em desenvolvimento e deve chegar ao mercado a partir de 2020.

Por outro lado, os elétricos trazem novos desafios aos designers da marca. Em geral, será preciso fazer automóveis mais altos para acomodar as baterias no piso do veículos. “Precisamos corrigir as proporções”, detalhou Bischoff.

O executivo admite, no entanto, que será preciso fazer novos esforços e adaptações para que, ainda que sejam feitas mudanças, os veículos cumpram as exigências de segurança de cada país.

Fibria encerra 2016 com crescimento de vendas

01/02/2017 – Fonte: CIMM

O lucro líquido no ano somou R\$1,664 bilhão, alta de 365%. A proposta de pagamento de dividendos é de R\$ 393 milhões.

A Fibria, empresa brasileira de base florestal e líder mundial na produção de celulose de eucalipto, registrou volume de vendas de 5,504 milhões de toneladas em 2016, 8% superior a 2015. No 4º trimestre de 2016, as vendas somaram 1,584 milhão de toneladas, com melhor desempenho em relação ao 4T15 – aumento de 21%.

O crescimento da demanda global por celulose de eucalipto de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas em 2016, conforme dados do PPC, aliado ao baixo nível de estoques e à perspectiva de curto prazo mais balanceada do que o previsto no que diz respeito à entrada de novas capacidades, permitiu à Companhia anunciar no 4º trimestre de 2016 sucessivos aumentos de preços para a China e demais mercados.

“Esse é o maior volume trimestral de vendas da história da Fibria, puxado pela forte recuperação da demanda no trimestre na Ásia. Os aumentos de preços na Ásia em outubro e dezembro foram completamente implementados, abrindo espaço para novos anúncios de preço que já anunciamos neste início de 2017 para todos os mercados, incluindo América do Norte e Europa”, afirma Marcelo Castelli, presidente da Fibria.

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 2,534 bilhões no 4T16, redução de 15% em relação ao 4T15, resultado da redução do preço médio líquido da celulose em dólar de 18% e desvalorização do dólar médio de 14%, parcialmente compensado pelo maior volume vendido.

No ano de 2016, a receita líquida foi de R\$ 9,615 bilhões, queda de 5% em relação a 2015. No quarto trimestre de 2016, o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) ajustado totalizou R\$ 804 milhões, representando uma margem de 36%. Já no acumulado do ano, o EBITDA totalizou R\$ 3,742 bilhões, com margem de 43%.

O lucro líquido em 2016 ficou em R\$ 1,664 bilhão, um crescimento de 365% em relação a 2015. Em função desse resultado, a Administração da Fibria irá propor na Assembleia Geral Ordinária, em abril, o pagamento de dividendos de R\$ 393 milhões, que corresponde ao mínimo obrigatório conforme legislação societária.

A geração de fluxo de caixa livre da Companhia antes dos investimentos no projeto Horizonte 2 (que constrói a segunda linha de produção na unidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul), dos projetos logísticos e do pagamento de dividendos atingiu R\$342 milhões no 4T16 e, no acumulado de 2016, alcançou R\$ 1,891 bilhão.

A Fibria encerrou o trimestre com posição de caixa de R\$ 4,717 bilhões (ou US\$ 1,447 bilhões) que, somada às linhas não sacadas referentes ao financiamento do Projeto Horizonte 2 e à recente emissão de Green Bonds de US\$ 700 milhões, é suficiente para cobrir o volume de investimentos (Capex) do restante da expansão em Três Lagoas (MS) e as amortizações de dívida até o final de 2019, sem contar a geração de fluxo de caixa livre.

O investimento de capital (Capex) no trimestre totalizou R\$ 1,748 bilhão, 62% superior ao 4T15, devido principalmente a maiores investimentos na expansão do Projeto Horizonte 2, conforme a curva de evolução da obra.

O Capex em 2016 totalizou R\$ 6,182 bilhões, 25% inferior à previsão inicial de R\$ 8,189 bilhões, em decorrência da redução do custo do Projeto Horizonte 2, influenciada pela curva de execução financeira do projeto, além dos investimentos menores com projetos logísticos de celulose.

Na comparação com o valor realizado em 2015, o aumento de 162% se deve, principalmente, à expansão industrial no Mato Grosso do Sul.

Projeto Horizonte 2

O ano de 2016 terminou com o andamento das obras da segunda linha de produção de celulose em Três Lagoas (MS) acima do previsto, com 77% do projeto realizado. O avanço financeiro, no entanto, ficou em 57%, faltando US\$ 1 bilhão ainda a realizar.

“No quarto trimestre de 2016 sacamos R\$1,2 bilhão em linhas de financiamento do projeto que, por serem de baixo custo e longo prazo, contribuem para que a Fibria melhore ainda mais o perfil de sua dívida. Além disso, em dezembro concluímos a quarta captação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), no valor de R\$ 1,25 bilhão. Essa linha tem custo financeiro abaixo da taxa média de aplicação dos recursos da Companhia, ou seja, é uma dívida que, na realidade, gera receita financeira. Em 2016, a Fibria foi o maior emissor de CRA do país”, diz Guilherme Cavalcanti, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Fibria.

Na área florestal, houve importantes evoluções em 2016, como o avanço nos plantios e arrendamentos para formação de floresta, a entrada em operação dos tratores da silvicultura, o início do recebimento das máquinas de colheita e a contratação de mão de obra para operação de máquinas florestais.

A área industrial registrou a continuidade na evolução de comissionamentos, serviços e startups de sistemas de controle, com integração das duas unidades fabris (a nova, em construção, e a atual, já em operação). Na logística, o destaque foi o início das obras do Terminal Portuário de Macuco, em Santos (SP) e a aquisição e início das obras do Terminal Intermodal em Aparecida do Taboado (MS).

A Fibria foi novamente selecionada para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2017 da BM&FBovespa, no qual a Companhia está presente desde o seu lançamento, em 2005. A carteira do índice reúne empresas com ações listadas na Bolsa de Valores e Mercadorias de São Paulo que apresentam alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa.

A seleção das empresas é feita em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). A avaliação baseia-se no equilíbrio entre crescimento econômico, responsabilidade social e desempenho ambiental. Esse reconhecimento reforça o compromisso da Companhia

com a criação de valor econômico aliado à atuação responsável na esfera socioambiental.

A credibilidade da Fibria em aspectos ambientais, sociais e de governança também se refletiu na emissão, no mercado internacional, de US\$ 700 milhões em Green Bonds, em janeiro deste ano, que teve uma alocação de 40% de investidores com perfil voltado a sustentabilidade, um recorde para esse tipo de operação.

Matrizes socorrem montadoras com US\$ 12 bilhões

01/02/2017 – Fonte: CIMM

Ajuda recorde veio no ano passado, quando indústria automotiva retrocedeu à produção de 2004 e remessa de lucros despencou.

No ano em que a produção de veículos no Brasil retrocedeu aos níveis de 2004 e as vendas foram as menores em uma década, a indústria local recebeu US\$ 6,5 bilhões em injeção de capital de suas matrizes, o maior valor desde 2010, segundo dados disponíveis no Banco Central (BC). Somando ao que entrou no País via empréstimos intercompanhias, a ajuda total ao setor foi de US\$ 11,8 bilhões.

Do lado oposto, a remessa de lucro das montadoras do País para as sedes globais totalizou US\$ 86 milhões, montante que só perde para o de 14 anos atrás, quando foi de US\$ 66 milhões. Em períodos de bonança, como em 2008, ano de grave crise nos Estados Unidos, e em 2011, as fabricantes locais mandaram mais de US\$ 5 bilhões às matrizes.

O socorro de fora, na visão de analistas e das montadoras, é um sinal de que as matrizes ainda apostam no mercado brasileiro, que já foi o quarto maior do mundo em vendas e atualmente ocupa a oitava posição. “O Brasil continua sendo um mercado importante e as matrizes querem manter sua viabilidade”, diz Marcelo Cioffi, sócio da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC) no País.

Em relação a 2015, a remessa de lucros do setor no ano passado caiu 68,3%. Na indústria como um todo, que inclui segmentos como bebidas, produtos químicos e alimentícios, a redução de envio de aportes no período foi de 12,6%, para US\$ 6,6 bilhões, provavelmente reflexo da baixa atividade em razão da crise econômica.

Segundo o BC, os investimentos diretos no País para toda a indústria no ano passado foram 4% inferiores aos de 2015 e contabilizaram US\$ 20,1 bilhões, talvez por causa das incertezas na economia e no quadro político locais. No caso das montadoras e autopeças, contudo, houve aumento de 45% em relação aos US\$ 4,5 bilhões de ingressos no ano anterior.

“Os dados mostram que as empresas brasileiras não tiveram lucro nenhum, pois os US\$ 86 milhões são insignificantes e podem ter sido apenas um ajuste de pagamento de royalties”, afirma o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale.

Para ele, o alto volume de investimentos diretos significa que as empresas “não conseguiram gerar resultados para tocar seus negócios e precisaram pedir ajuda”. Já os empréstimos corporativos, que somaram US\$ 5,2 bilhões e terão de ser devolvidos em algum momento, foram alternativa à captação local de recursos. “No Brasil o custo do dinheiro é maior e lá fora os juros são mais civilizados.”

Megale afirma que a maior parte do dinheiro não foi usada em capitalização, mas em desenvolvimento e produção de novos veículos, ampliação de projetos e até novas fábricas. A Toyota, por exemplo, inaugurou no ano passado uma filial de motores no interior de São Paulo.

Na opinião de Cioffi, não é possível avaliar até onde vai o fôlego das montadoras globais caso as subsidiárias brasileiras continuem no vermelho por muito tempo. “Mas não acredito que possa ter, no futuro próximo, alguma empresa relevante desistindo do Brasil, pois os investimentos feitos nos últimos anos são pesados e seria um grande prejuízo abandoná-los”, diz. Segundo ele, a atividade do setor automotivo é cíclica e as apostas são de recuperação no mercado brasileiro ao longo dos próximos anos.

Após quatro anos seguidos de queda nas vendas, a Anfavea espera o início da recuperação neste ano, com alta ainda modesta de 4% – de 2 milhões de veículos em 2016 para 2,13 milhões.

Impactos

Para a produção, a previsão é de alta de 11,9% (de 2,15 milhões de veículos para 2,4 milhões), puxada em parte pelas exportações, que devem crescer 7,2%, atingindo 558 mil unidades.

Megale e Cioffi ainda não conseguem avaliar possíveis impactos nas exportações brasileiras para o México, hoje o segundo maior cliente das montadoras do País, em razão de medidas restritivas que possam ser adotadas pelo novo presidente dos EUA, Donald Trump. “O México é importante, mas nossos planos são de crescer em outros países da região, como Colômbia, Peru, Chile e América Central”, afirma Megale.

GM e Honda estabelecem primeira operação conjunta da indústria para a fabricação de um sistema de célula de combustível

01/02/2017 – Fonte: CIMM

Tecnologia avançada de célula de combustível será aplicada nos futuros produtos das duas empresas.

A General Motors (GM) e a Honda anunciaram o estabelecimento da primeira joint-venture da indústria automotiva para a produção em massa de um sistema avançado de células de combustível de hidrogênio que será utilizado nos futuros produtos das duas marcas.

Denominada “Manufatura de Sistema de Células de Combustível, LLC” (Fuel Cell System Manufacturing, LLC), a nova empresa irá operar dentro da fábrica de baterias da GM em Brownstown, Michigan. A produção em massa está prevista para iniciar por volta de 2020 e gerar aproximadamente 100 novos empregos. As empresas estão realizando aportes iguais, totalizando um investimento de \$85 milhões na joint-venture.

Honda e GM vêm trabalhando juntas por meio de um acordo de colaboração anunciado em Julho de 2013, que estabelece um convênio de codesenvolvimento para a próxima geração de sistemas de células de combustível e tecnologias de armazenamento de hidrogênio.

As empresas integraram as equipes de desenvolvimento e compartilharam conteúdo de propriedade intelectual para criar uma solução comercial mais acessível para a tecnologia, bem como para sistemas de célula de combustível e armazenamento de hidrogênio.

“Nos últimos três anos, engenheiros da Honda e GM têm trabalhado como um time único, em que cada empresa fornece seu conhecimento específico para criar a próxima geração de sistema de célula de combustível compacto e de baixo custo”, afirma Toshiaki Mikoshiba, diretor de operações da Honda para a América do Norte e presidente e CEO da Honda América do Norte.

“A base desse excelente trabalho em equipe agora nos levará ao estágio de produção em massa de um sistema de células de combustível que irá ajudar cada empresa a

criar no futuro um novo valor para seus clientes em veículos movidos a células de combustível".

A joint-venture será operada por um conselho de administração composto por três executivos de cada empresa. Além disso, o posto da presidência será rotativo, intercalado entre as empresas.

As duas marcas são líderes reconhecidas em tecnologias de célula de combustível com mais de 2.200 patentes, de acordo com o Índice de Crescimento de Patentes de Energia Limpa (Clean Energy Patent Growth Index). A GM e Honda aparecem no ranking como número 1 e número 3, respectivamente, em número de patentes de células de combustível registradas entre 2002 e 2015.

"A junção de dois líderes em inovação de célula de combustível é um importante desenvolvimento no sentido de levar as células de combustível para as aplicações dominantes de propulsão", diz Mark Reuss, Vice-presidente executivo de Desenvolvimento de Produto Global, Compras e Cadeia de Fornecedores da GM.

"A eventual implantação desta tecnologia nos veículos de passageiros criará opções de mobilidade mais diferenciadas e ambientalmente amigáveis para os consumidores", completa.

A tecnologia de célula de combustível aborda muitos dos principais desafios enfrentados pelos automóveis na atualidade: dependência do petróleo, emissões, eficiência, autonomia e tempo de reabastecimento. Veículos movidos a célula de combustível podem operar com hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis como eólica e biomassa. O vapor d'água é a única emissão de veículos desse tipo.

Além de aprimorar o desempenho do sistema de células de combustível, GM e Honda estão trabalhando para reduzir o custo de desenvolvimento e fabricação por meio de economias de escala e fornecedores comuns.

As duas empresas também seguem trabalhando junto a governos e outras partes interessadas para avançarem na infraestrutura de reabastecimento, fundamental para a viabilidade a longo prazo dos veículos a célula de combustível, bem como a aceitação dos consumidores.

"Com o sistema de células de combustível de última geração, a GM e a Honda estão dando um importante passo em direção a custos menores e produção de maiores volumes de sistemas de células de combustível. Metais raros já foram drasticamente reduzidos e uma equipe multifuncional está desenvolvendo processos de fabricação avançados simultaneamente a melhorias em design", disse Charlie Freese, diretor-executivo da GM na "Fuel Cell Manufacturing System". "O resultado é um sistema com menor custo que tem uma fração do tamanho e massa".

A Honda iniciou a entrega do novo Clarity Fuel Cell aos clientes japoneses e norte-americanos. O Clarity Fuel Cell recebeu a melhor avaliação em autonomia da Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA) entre os veículos elétricos sem motor à combustão, com uma classificação de autonomia de 589 quilômetros e uma economia média de combustível de 109 quilômetros por litro do equivalente a gasolina.

"A experiência que a Honda adquiriu com a criação da primeira geração do sistema célula de combustível Clarity, é algo valioso, que estamos aproveitando para alavancar o desenvolvimento em conjunto com a GM da próxima geração de sistema de células de combustível", comenta Takashi Sekiguchi, diretor administrativo e COO de Operações de automóvel, Honda Motor Co., Ltd.

"Nossa colaboração é uma oportunidade de utilizar de maneira ainda mais ampla as especialidades de cada companhia para popularizar o uso de veículos movidos a células de combustível o mais rápido possível".

GM e Honda já trabalharam juntas no desenvolvimento colaborativo de sistemas de propulsão, em 1999, quando a Honda fabricou 50.000 motores V-6 para o modelo Saturn VUE e recebeu motores a diesel da filial da GM, Isuku, para uso na Europa.

Siemens PLM dribla a crise e cresce com Indústria 4.0

01/02/2017 – Fonte: CIMM

Paulo Costa, CEO da empresa na região, espera alta de 15% para 2017.

Enquanto muitos negócios encolhem no setor automotivo, a Siemens PLM espera crescer com o impulso de uma das poucas áreas que parece estar em expansão, a Indústria 4.0 ou Internet Industrial.

Automação, implementação de Internet das Coisas e de armazenamento de dados em nuvem nas fábricas de veículos seguem em alta mesmo na crise, aponta Paulo Costa, diretor de operações da companhia para a região.

“Somos pioneiros no assunto e percebemos que o interesse está aumentando muito”, conta o executivo.

Ele conta que a empresa começou a oferecer soluções de Indústria 4.0 no Brasil há cerca de quatro anos. Naquela época, diz, vender localmente tecnologias que têm custo alto era um desafio bem maior do que atualmente.

“Nós basicamente organizamos todos os dados e o conhecimento da empresa, com aplicações desde o desenvolvimento até o produto ir para o mercado”, conta. Segundo ele, as soluções podem ser implementadas em diferentes níveis e proporções e se pagam com o aumento de produtividade que os clientes ganham ao longo do tempo.

Das receitas da companhia, 35% vêm do setor automotivo. A maior parte da demanda pelos produtos da Siemens PLM está nas montadoras e nas empresas de autopeças dos primeiros níveis de fornecimento.

O mercado de veículos encolheu importantes 20,2% em 2016, mas Costa aponta que a empresa não sentiu o baque. “Nossos negócios no segmento cresceram 7% na América do Sul”, esclarecendo que o número seria maior se não fosse uma venda grande que a Siemens PLM fez em 2015, algo que deixou a base de comparação muito elevada.

A ambição é ainda maior para este ano: avançar mais 15% no setor automotivo. O executivo avalia o maior incentivo para a expansão deve vir dos setores de máquinas e equipamentos. Entre as fabricantes de automóveis, ele diz que é sempre mais simples implementar a Indústria 4.0 em fábricas novas.

Depois das recentes inaugurações de plantas fabris, no entanto, ele espera avançar em unidades já consolidadas. “Há oportunidades em várias etapas, não apenas na manufatura. As empresas podem implementar soluções de engenharia e desenvolvimento, por exemplo.”

Crise atual estimula debate de sucessão nas empresas

01/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

Levantamento global mostra que 64% das companhias consultadas no Brasil pretendem trazer executivos experientes ‘de fora da família’ para o negócio.

A recessão atual que já perdura por mais de dois anos está estimulando o debate nas empresas familiares sobre a política de sucessão dos controladores e de executivos de alto escalão, mas a maioria dos pequenos negócios ainda não possui planos sólidos para equacionar essa questão.

Segundo um levantamento global da consultoria PwC com 2.802 empresas familiares consultadas no mundo, sendo 134 entrevistas no Brasil, 54% das empresas familiares brasileiras não possui plano de sucessão dos controladores e só 46% possuem algum tipo de plano de sucessão para seus executivos de alto escalão.

Enquanto nos resultados globais dos 50 países que participaram do levantamento, 55% possuem planos de sucessão para executivos sêniores e 43% não possuem um plano de sucessão.

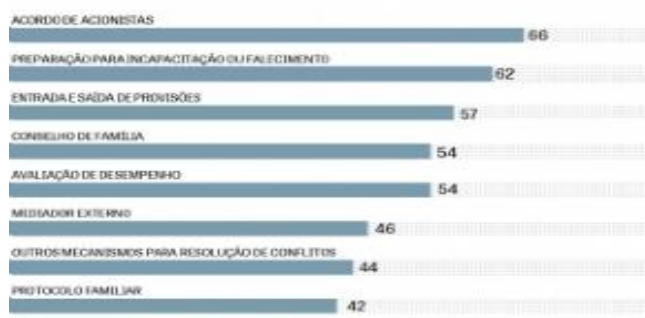
Só 19% das empresas familiares brasileiras consultadas responderam que possuem um plano de sucessão considerado sólido, documentado e comunicado.

PERENIDADE DOS NEGÓCIOS

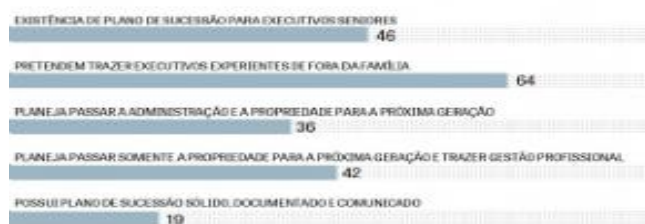
Perfil de empresas familiares

Brasil

Procedimentos e mecanismos para lidar com conflitos

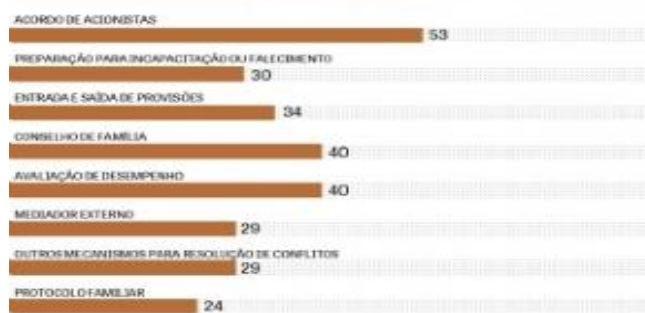


Pesquisa sobre sucessão nas empresas



Global

Procedimento e mecanismos para lidar com conflitos



Pesquisa sobre sucessão nas empresas



FONTE: PESQUISA DE EMPRESAS FAMILIARES DA PWC BRASIL

Na avaliação do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Robert Juenemann, a questão da sucessão nas empresas familiares deveria envolver "todas as pessoas", ou seja, os fundadores e controladores

do negócio, e a nova geração da família que possa vir a garantir a perenidade (continuidade) do negócio.

“Um fundador [ou familiar controlador] que venha a deixar o cargo precisa de um plano de vida, como ficará sua remuneração após a aposentadoria. Só recebe pró-labore quem trabalha, mas como irá receber como sócio, essa é uma questão que precisa ser discutida com base em princípios”, diz Juenemann.

Quanto à sucessão profissional, o levantamento da PwC apontou que 64% das empresas consultadas no Brasil pretendem trazer executivos experientes de fora da família nos próximos cinco anos, enquanto na pesquisa global, essa intenção ficou em 61%.

Para Juenemann, os critérios para contratação numa empresa devem ser os mesmos, tanto para executivos de alto escalão de fora da família, como para os membros dela. “É preciso identificar as competências sobre o ponto de vista da gestão e verificar se a pessoa está preparada”, disse.

Questionado sobre o movimento de demissões de executivos com altos salários em tempos de recessão para cortar custos, o conselheiro do IBGC alertou para a necessidade de uma política de contratações e de demissões.

“Antes de se demitir, deve-se fazer uma avaliação do desempenho daquele executivo. Ele custa caro nesse momento, mas quanto consegue entregar de resultados? O substituto [que terá uma remuneração mais baixa] terá capacidade para entregar mais resultados?”, avisa Juenemann.

Em outras palavras, as empresas precisam definir critérios para a demissão de executivos experientes e avaliar o desempenho deles periodicamente para aferir o retorno ao negócio. Ou seja, há riscos na substituição de pessoas experientes por outras com menor remuneração simplesmente para cortar custos.

O conselheiro também orientou a devida preparação profissional de sucessores da família e a identificação de novos talentos para o trabalho na empresa. “Um herdeiro precisa de uma preparação para ser o herdeiro de fato. Como está a educação desse herdeiro? Ele deve trabalhar pelos interesses da empresa e, não, por interesses pessoais”, recomendou.

A diretora da área de empresas familiares da PwC Brasil, Mary Nicolliello, considera que as novas gerações estão mais conscientes da necessidade de preparação, e que 93% dos brasileiros consultados dizem que precisam trabalhar ainda mais que os outros (de fora da família) para provarem seu valor na empresa. Na pesquisa global, esse índice é de 88%.

Novas gerações

Quanto à qualificação das novas gerações, Mary sugeriu que os jovens busquem antes trabalhar no mercado, para depois buscarem uma colocação dentro da empresa familiar. “No mínimo, de três a cinco anos trabalhando no mercado, fora do ambiente familiar, para depois trazer experiências e agregar”, sugeriu.

Mary aponta que nos últimos anos, as famílias estão se voltando para a execução (atividade) nas próprias empresas. “Sabendo cuidar da riqueza, a probabilidade de criar riqueza é muito maior. A família precisa estar muito bem preparada. Quando não tem esse capital humano [dentro da família], vai se buscar no mercado”, diz.

Do levantamento, 36% dos entrevistados planejam passar a administração e a propriedade para a próxima geração, mas 42% pensam em passar somente a propriedade, e trazer uma gestão profissional.

O estudo da PwC também mostrou que as empresas familiares utilizam outras soluções para administrar conflitos entre membros de famílias, 66% dos consultados no Brasil utilizam acordos de acionistas, frente à média global de 53%.

É hora de identificar e corrigir erros para sobreviver à crise e crescer no futuro

01/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

Quando o engenheiro Fabiano Palombo abriu a Academia Jockey Clube, em São Carlos (SP), em junho de 2015, a prisão dos presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, na Operação Lava-Jato, era um sinal claro de que a crise brasileira teria vida longa.

Mas Palombo planejava o negócio há meses e não desistiu. No curto prazo, para reverter a situação e ampliar a clientela, aumentou a quantidade de aulas oferecidas.

Um olhar desatento aprovaria a estratégia. A academia lotou e Palombo chegou a ter 650 alunos. A medida, no entanto, teve um efeito negativo. “O aumento dos gastos não era justificado. O que eu cobrava não pagava os custos extras. Tínhamos um plano mensal de R\$ 70 para uma atividade e outro de R\$ 80 para quem quisesse fazer todas. Houve procura, mas não compensava”, comenta.

Para salvar o negócio, Palombo buscou informações, fez cursos, decidiu investir em propaganda e apostou em novas estratégias. “Estamos refazendo os modelos de negócio e de gestão, sem receio de cortar a oferta de atividades aos clientes. Eliminamos todas as atividades que não davam lucro. Outra medida foi cortar todas as despesas que não tinham reflexo sobre o atendimento.

O empresário decidiu também elevar as mensalidades, depois de ouvir clientes e perceber que eles não valorizam preços baixos por questionarem a qualidade do serviço. Os gastos com propaganda também cresceram.

O objetivo de comunicação é mostrar a importância da atividade física e de uma vida mais saudável. “Vamos contratar uma nutricionista e um psicólogo para oferecer serviço com maior valor agregado. Afinal, mesmo na crise precisamos investir. Só temos que saber quanto e como”, avalia.

A história de Palombo mostra que nem tudo parece ser o que é. Afinal, ele tinha uma academia cheia e precisou abrir mão da clientela – hoje são 200 clientes – e aumentar preços para poder almejar um negócio lucrativo. Segundo especialistas, são justamente os momentos de crise que expõem as vulnerabilidades de um negócio.

Isso porque a recessão escancara erros pouco visíveis – no caso de Palombo, a fragilidade do caixa, a busca do cliente a qualquer preço e a falta de percepção do que é realmente importante para a clientela desejada. Hoje, ele busca tomar decisões sempre embasado por pesquisas.

Cortes de custos sem critério deixam o negócio mais vulnerável

Em tempos de crise, é normal que empresários cortem custos, mas consultores alertam que a atitude só vai fortalecer o negócio para o momento da retomada da economia se for realizada com critério, como fez Palombo depois de ser aconselhado pelo Sebrae-SP.

Segundo o consultor da entidade Adriano Campos, um erro bastante comum é o empresário ficar obcecado em reduzir custos e não pensar na estratégia do empreendimento, buscando novos públicos, e na melhoria do relacionamento com clientes.

Mauro Johashi, sócio da área de advisory da consultoria BDO, diz que corte de custos deve ser realizado após o diagnóstico criterioso sobre quais atividades geram valor e

vantagem competitiva e também depois de uma análise sobre o impacto do corte na demanda e na qualidade do serviço.

Neste contexto, muitos empresários assumem funções que não deveriam. “Há donos que centralizam atividades e perdem o foco no que interessa, que atuam desde a compra do papel higiênico até a administração”, diz Alexandre Prado, consultor da Núcleo Expansão.

Especialistas garantem que a “lição de casa” pode gerar mudanças radicais, alertam que nem sempre dar um passo para trás significa regredir e destacam que o ego não é um bom conselheiro. Daliana Damaceno Gil de Oliveira que o diga. Ela é dona da Papel, Tesoura e Festa, especializada em papelaria voltada a festas, como convites e lembranças, e decidiu investir em um quiosque em um shopping center em Matão (SP) para ampliar as vendas.

A empresária havia enxergado na crise uma oportunidade de expansão de vendas, pois os clientes de festas infantis estavam realizando esses eventos em casa. Por isso, Daliana decidiu montar um plano de implementação de uma unidade em shopping e, como não tinha o dinheiro suficiente para o investimento, buscou uma sócia. O maior problema é que ela não analisou os riscos e as mudanças operacionais envolvidas.

Como o resultado foi bem diferente do que imaginava, a empresária precisou desistir do ponto para cortar custos e gerar fôlego de caixa, voltando a trabalhar em casa. Segundo ela, as redes sociais e a internet passaram a ser a vitrine do negócio. “Os custos eram altos. Foi uma pena, pois tratava-se de um projeto desenvolvido por bastante tempo. Conseguimos ver que era uma situação econômica difícil, e não uma não aceitação do produto e da marca”, diz.

Segundo Daliana, ao dar um passo para trás, ela vislumbrou uma oportunidade. “Muitas pessoas que faziam festas em bufês passaram a fazer em casa para cortar custos. E, assim, começamos a oferecer doces e bolos para a festa, além dos itens personalizados”, conta.

O ano começou com o convite de um shopping para a reabertura do quiosque, mas Daliana resolveu não aceitar. Ela prefere esperar mais um pouco e, enquanto isso, ampliar os investimentos em marketing nas redes sociais.

Diferentemente de Palombo e Daliana, que tomaram medidas para contornar a crise às vezes com decisões equivocadas, outro erro comum dos empresários, segundo o consultor do Sebrae-SP, é esperar a situação melhorar sem fazer nada. Segundo Campos, a quantidade de empresários que demoram a reagir ou que nada fazem para reverter a situação chega a ser ainda maior a daqueles que tomam decisões equivocadas.

A empresária Ana Rita Risitano, da Mult Comércio de Portas, Esquadrias, em São Carlos (SP), quase correu esse risco devido à sua forte confiança na marca e em processos. Ao longo de 2016, as vendas da empresa, que superou três décadas de história, chegaram a cair 40%, depois de dez anos de crescimento contínuo. Para sobreviver, conta Ana Rita, precisou demitir colaboradores e reduzir o estoque.

Sua empresa não possuía indicadores financeiros, o que dificultou a percepção correta do negócio. Após a busca da consultoria do Sebrae-SP, ela promoveu mudanças na gestão de estoques, reduziu os gastos com marketing e publicidade e buscou parcerias com fabricantes e implementou política de recompensa e reconhecimento junto aos vendedores, o que garantiu melhores resultados dos esforços de venda.

“Como todo o brasileiro que sempre espera o melhor, fui acreditando que podia melhorar ao longo do ano de 2016. No primeiro mês caiu um pouquinho, mas continuei

com todas as ações e investimentos previstos. Não acho que demorei, mas fui tomando medidas aos poucos.

Não reduzimos investimentos em marketing e divulgação, um dos motivos que acredito que contribuíram para que não caíssemos ainda mais. Reduzimos em outros lados, para conseguir manter a divulgação”, ressalta.

Investimentos em qualificação garantem bons resultados futuros

Para quem ainda não fez qualquer mudança para estar pronto no pós-crise, Alexandre Prado adianta que um dos caminhos continua sendo entender o fluxo financeiro da empresa, além de reduzir custos e investir na qualificação profissional para o momento da retomada da economia.

“Vi empresas criando regras para uso correto de energia, uso racional de água e corte de pessoal que não somava efetivamente no negócio. Essas empresas buscaram entender seu fluxo financeiro e onde poderiam melhorar seu desempenho.

Quem fez este dever de casa também fez investimentos e, entre eles, na qualificação do quadro de pessoal. É nesse período que se deve melhorar a qualidade para em tempos de bonança ter profissionais prontos para tempos de bons negócios”, ensina.

Segundo o consultor, o problema mais corriqueiro que é exposto durante momentos de crise é a miopia em relação ao caixa da empresa, misturando finanças pessoais com os gastos do negócio, ou a perda de controle dos gargalos na produção. “A não profissionalização dos quadros por afetividade também prejudica o desempenho da empresa nesses momentos”, enumera o especialista.

Prado destaca ainda que não investir em TI ou investir pesadamente leva àquela máxima de que é possível pecar pela falta ou pelo excesso, o que é mais um sinal da centralização. Assim como não investir em mídias sociais para alavancar a imagem da empresa.

Ele destaca dois pontos positivos mais corriqueiros em empresas que fizeram o dever de casa durante a crise e agora estão fortalecidas. O primeiro é analisar e entender o fluxo de caixa e o ciclo de vendas da empresa e o segundo é o mapeamento dos desperdícios.

MPEs buscam parcelamento de dívidas

01/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

Mutirão da Renegociação ocorre em todo o País e inclui débitos tributários, bancários e imobiliários

Para muitas empresas que operam no vermelho, cortar gastos já não é mais suficiente. Com o início do ano e o agravamento da crise econômica, muitos empresários precisam repensar a gestão financeira de seus negócios. Reduzir o endividamento e poupar recursos será essencial para permanecer no mercado em 2017.

Para auxiliar no planejamento e viabilizar a regularização de débitos, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e o Sebrae realizam o Mutirão da Renegociação.

E o primeiro passo para tentar solucionar problemas financeiros é compreender o que causou o endividamento. “É preciso construir um diagnóstico para identificar se os débitos são bancários, tributários, previdenciários ou de outra origem, para somente então buscar soluções”, destaca o presidente da Fenacon, Mario Elmir Berti. Depois disso, no caso das Micro e Pequenas Empresas, o parcelamento tem se mostrado uma boa saída.



Com a regulamentação do novo Supersimples, feita em dezembro de 2016, o prazo para pagamento de débitos com o governo dobrou, passando de 60 para 120 meses. Segundo o diretor político-parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, com o Mutirão da Renegociação, muitas MPEs e s t ã o c o n s e g u i n d o recuperar crédito e evitar a exclusão do Simples Nacional devido à inadimplência. Os pedidos de parcelamento podem ser feitos até 10 de março pelo site da Receita Federal do Brasil, mas Pietrobon recomenda que a adesão seja efetuada ainda em janeiro.

“Regularizando a situação até o dia 31 deste mês, as empresas que eventualmente tenham sido excluídas do Simples conseguem solicitar nova inclusão no regime”, explica. O valor mínimo das parcelas é de R\$ 300 e as prestações serão corrigidas pela Selic. Outros débitos O Mutirão da Renegociação contempla ainda dívidas bancárias e imobiliárias, conforme explica Pietrobon. “Muitos bancos estão dispostos a oferecer melhores condições de pagamento.

O mesmo vale para os proprietários de imóveis. Mas, nesses casos, tudo depende de negociação individual e os profissionais contábeis estão à disposição para auxiliar nessa tarefa”. Antes de iniciar a negociação, no entanto, é preciso levantar qual valor pode ser comprometido mensalmente com os refinanciamentos.

“Verificando quanto sobra de capital de giro ao mês, conseguimos direcionar percentuais diferentes para as dívidas bancárias, tributárias e aluguéis imobiliários, e evitar que a saúde financeira da empresa seja prejudicada ainda mais”, destaca Berti. Mais informações sobre o Mutirão podem ser obtidas no site da Fenacon (www.fenacon.org.br).